

Fundação Armando Álvares Penteado

Faculdade de Economia

Curso de Ciências Econômicas

**UM ESTUDO SOBRE A PROBLEMÁTICA DA CONCENTRAÇÃO
DE RENDA NO BRASIL (1992-2005)**

DANIEL YUKIO UCHIMURA

Monografia de Conclusão do Curso
apresentada à Faculdade de Economia
para obtenção do título de graduação
em Ciências Econômicas, sob a
orientação do Prof. Drº Áquilas
Mendes Nogueira.

São Paulo, 2008

UCHIMURA, Daniel. CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL (1992-2005), São Paulo, FAAP, 2008, 66p.

(Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado)

Palavras-Chave: Distribuição de renda - desigualdade social - pobreza

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador Dr. Áquilas Mendes pela confiança e pela dedicação em me ajudar. Dedico este trabalho à minha família, a meus amigos, aos funcionários da FAAP e a todos que gostariam de uma sociedade menos desigual que oferecesse mais conforto e condições mais dignas de trabalho, de estudo e de moradia.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – América Latina (18 países, média simples): Taxa de desemprego, Taxa de ocupação e % de trabalhadores no setor formal, por decis de renda, em 2005 (a) (b)	29
Gráfico 2 – América Latina (16 países): porcentagem de ocupados pobres (a), 1990-2005 (b)	32
Gráfico 3 – Distribuição regional da população, 1992 a 2004 (em %)	34
Gráfico 4 – Divisão da população entre pobres e pobres, 1992 a 2004, em milhões de pessoas (linha de pobreza de 0,5 S.M.)	35
Gráfico 5 – Proporção de pobres e não pobres, Brasil, 1992 a 2004 (linha de pobreza de 0,5 S.M.)	36
Gráfico 6 – Proporção de pessoas por estrato social, Brasil, 1992 a 2004 (linha de pobreza de 0,5 S.M.)	37
Gráfico 7 – Evolução da renda média, Brasil, 1992-2004 (em R\$ de abril/maio de 2005).	39
Gráfico 8 – Evolução da desigualdade da distribuição da renda no Brasil entre 1995 e 2005	43
Gráfico 9 – Distribuição do rendimento familiar per capita da população - Brasil (1995, 2002 e 2007)	56
Gráfico 10 – Evolução temporal do coeficiente de Gini das RDPC - Brasil	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de pessoas por estrato social, Brasil, 1992 a 2004, em milhões de pessoas (linha de pobreza de 0,5 S.M.)	35
Tabela 2 – Proporção regional de pessoas por estrato social, Brasil, 1992 a 2004 (linha de pobreza de 0,5 S.M.)	38
Tabela 3 – Renda domiciliar per capita média (em R\$ de abril/maio de 2005) por estrato social, Brasil, 1992 a 2004 (linha de pobreza de 0,5 S.M.)	39
Tabela 4 – Medidas de tendência central (média e mediana, em reais de abril/maio de 2005) e medidas de desigualdade (Índice de Gini e T de Theil) da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil, de 1993 a 2004, distinguindo áreas urbanas (incluindo as metropolitanas) e áreas rurais não metropolitanas (*)	41
Tabela 5 – Evolução da desigualdade da distribuição da renda no Brasil entre 1995 e 2005: índice de Gini e T de Theil para (RDPC), rendimento mensal total de pessoas economicamente ativas com rendimento positivo (PEA) ou incluindo os sem rendimento (PEA total) e rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC)	42
Tabela 6 – Evolução do rendimento médio de seis estratos da distribuição da renda domiciliar per capita: Brasil, 2001–2005	45
Tabela 7 – Percentagem e número de pessoas com renda domiciliar per capita (RDPC) igual ou abaixo de R\$ 100 e acima de 2.000 e medidas de pobreza: Brasil, 2001–2005	46
Tabela 8 – Estatísticas sobre a distribuição do rendimento entre pessoas economicamente ativas (PEA) com rendimento e a distribuição do rendimento domiciliar per capita, conforme dados da Pnad de 2005	48
Tabela 9 – O limite (λ) entre os relativamente ricos e os relativamente pobres para a distribuição do rendimento entre pessoas economicamente ativas (PEA) com rendimento e para a distribuição do rendimento domiciliar per capita (RDPC): Brasil, 2005	49
Tabela 10 – Ocupações com maior remuneração no percentil 95 ¹ - Brasil - 1997-1999	51
Tabela 11 – Profissões dos Deputados Federais - Brasil - 2003	52
Tabela 12 – Quantidade e proporção de pobres após restrição do número de filhos - Brasil – 1999	53
Tabela 13 – Projeção do efeito de crescimento igualmente distribuído sobre projeção de pobres na população no Brasil ¹	54
Tabela 14 – Apropriação da renda total do 1% mais rico e dos 50% mais pobre (1995, 2002 e 2007)	57

RESUMO

Esta monografia analisa a concentração de renda no período entre 1992 e 2005 no Brasil. Como a desigualdade social é um problema estrutural na sociedade, se torna necessário acompanhar o processo histórico da economia brasileira para investigar as causas e as condicionantes que acarretaram em um modelo de industrialização concentrador de renda. Será analisada sob a ótica de autores franceses a mundialização financeira e serão criticadas as escolhas neoliberais, as quais incentivaram os investimentos financeiros, em detrimento dos investimentos produtivos. Em um cenário de baixo crescimento, alta inflação, aumento de desemprego e reestruturação produtiva, é que os países latino-americanos se tornaram mais desiguais. Para reverter este quadro, é necessário repensar em uma política pró-emprego para a retomada do crescimento associada a uma política social mais complexa para utilizar com sabedoria o orçamento voltado ao aumento de bem-estar social. Somente assim, serão elevados os rendimentos médios de cada parcela da população e os gastos públicos sociais terão recursos continuamente para reduzir as desigualdades permanentemente.

SÚMARIO

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

RESUMO

INTRODUÇÃO

1

1. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO E A HERANÇA DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA E RIQUEZA NO BRASIL

4

1.1 Trajetória do padrão capitalista brasileiro (1930-1980)

5

1.1.1 A industrialização no Brasil

6

1.2 Conceito de Desenvolvimento

8

1.2.1 As grandes empresas nas relações centro-periferia

8

1.2.2 O mito do desenvolvimento

9

1.2.3 Subdesenvolvimento e dependência

10

2. CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS A PARTIR DOS ANOS 1980 E SUAS INFLUÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO E NA DESIGUALDADE SOCIAL

12

2.1 Questionamento Neoliberal e a Mundialização Financeira

12

2.2 Malefícios da Liberalização Financeira

15

2.3 Modernização Conservadora

18

2.4 O que é Exclusão? Quem são os Excluídos?

20

2.5 Mercado de Trabalho

20

2.5.1 Fase I

21

2.5.2 Fase II

24

3. A CONCENTRAÇÃO DE RENDA: MENSURAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

27

3.1 Pobreza e Emprego na América Latina

27

3.1.1 Mercado de trabalho latino-americano	28
3.1.2 Reprodução da pobreza de geração em geração	29
3.1.3 Efeitos do ciclo econômico	30
3.1.4 Efeitos sobre a redução da pobreza que as mudanças na taxa global de ocupação e nas rendas laborais e não laborais	30
3.1.4.1 Importância relativa de fatores nos lares pobres	31
3.1.4.2 O fenômeno dos trabalhadores pobres	31
3.2 Pobreza e distribuição de renda no Brasil	32
3.2.1 Resultados preliminares	33
3.2.2 Análise da renda média	38
3.2.3 Análise do Crescimento	40
3.3 Queda da desigualdade	41
3.3.1 Redução da desigualdade	41
3.3.2 Queda do índice de Gini da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005	43
3.3.3 Mudanças na distribuição da renda domiciliar per capita entre 2001 e 2005	44
3.3.4 Limite entre os relativamente pobres e os relativamente ricos em 2005	47
3.4 Os Ricos e a desigualdade social	49
3.4.1 Riqueza e poder	50
3.4.2 Riqueza e pobreza (Formas de combate)	52
3.4.2.1 Controle da população e pobreza	52
3.4.2.2 Crescimento puro da economia e pobreza	54
3.4.2.3 Igualdade e pobreza	56
3.5 Transferir a renda somente não é suficiente	58

CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

O tema central desta monografia é a concentração de renda no Brasil, de 1992 até 2005. Há uma vasta bibliografia acerca do tema com estudo focalizado nos pobres. Este estudo científico busca ir além ao analisar, detalhadamente, não somente os menos favorecidos, mas também a elite brasileira. A análise é fundamentada em teorias da corrente desenvolvimentista e em autores de visão heterodoxa, de modo a confrontar idéias neoliberais em relação ao desenvolvimento sócio-econômico brasileiro.

Dada a vasta bibliografia sobre o tema, o foco da pesquisa foi a seleção criteriosa dos autores para a convergência de princípios e para não romper com o caráter heterodoxo do estudo. A partir de então foram escolhidos livros, artigos e textos acadêmicos de autores com imensa experiência em desenvolvimento econômico e economia do trabalho. Também foram utilizados artigos e base de dados disponíveis na internet.

É de suma importância a realização deste estudo porque o Brasil se encontra entre as maiores economias do mundo, mas se manteve por décadas com níveis de desigualdade altíssimos. E segundo Gonçalves (2003) o Brasil já foi várias vezes o campeão mundial de concentração de riqueza. Mesmo assim, o Brasil tem papel de destaque entre os países emergentes e faz parte do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), grupo de países em desenvolvimento que têm melhores fundamentos e, conseqüentemente, potencial de ascensão ao grupo dos países desenvolvidos. Portanto, o Brasil tem seu papel de destaque na economia mundial, mas também apresenta um sério problema estrutural em sua sociedade. A manutenção e agravamento dessas distorções sociais prejudicam o bem-estar social e restringem a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico capaz de inserir o Brasil no grupo dos países desenvolvidos. Portanto, se faz prioritária a solução da questão distributiva no Brasil.

Esta monografia propõe-se a alcançar os seguintes objetivos:

i) Comprovar que concentração de renda no Brasil se estruturou ao longo do processo de industrialização no Brasil.

ii) Demonstrar a incompatibilidade entre desenvolvimento sócio-econômico brasileiro e a flexibilização dos mercados incentivada pelo neoliberalismo.

iii) Apresentar a incompatibilidade entre desenvolvimento sócio-econômico brasileiro e a o enfraquecimento do Estado na coordenação de políticas sociais.

iv) Explicar como a mundialização financeira e a reestruturação produtiva contribuíram para o atraso no desenvolvimento brasileiro e para a concentração de renda no Brasil.

v) Estudar a associação do mercado de trabalho com a desigualdade social.

vi) Discorrer sobre a inviabilidade de desenvolvimento com a financeirização do processo de acumulação de capital.

vii) Analisar os principais fatores e causas do alto grau de desigualdade social no Brasil.

viii) Analisar a evolução temporal da concentração de renda no Brasil.

ix) Conceituar quem são os pobres, saber como classificá-los, saber onde se situam e mensurar a quantidade e proporção.

x) Propor a política mais sensata para o combate à pobreza e à concentração de renda, atentando para as limitações.

Esta monografia está estruturada em três capítulos somados à conclusão.

O primeiro capítulo é teórico e debate a herança histórica da concentração de renda e riqueza no Brasil (desde os anos 1930) e a relação entre subdesenvolvimento e a concentração de renda ao longo da história. Portanto, são demonstrados quais os modelos de industrialização e os padrões de consumo que foram adotados no Brasil desde 1930 e como eles estruturaram a concentração de renda no Brasil sob óticas da visão da CEPAL e dos economistas da Unicamp.

O segundo capítulo é teórico e acompanha a trajetória histórica das economias mais desenvolvidas a partir dos anos 1980 sob uma ótica antiliberal francesa. Ele destaca a ascensão das idéias neoliberais, a mundialização financeira, todos os efeitos nos mercados de trabalho e, por conseqüência, os reflexos na distribuição de renda.

O terceiro capítulo aborda a pobreza e o mercado de trabalho na América Latina nos anos de 1990 e 2005 por meio de um relatório da CEPAL. Também estuda detalhadamente a pobreza e a distribuição de renda (inclusive diferenças regionais) no Brasil desde 1992 até 2004 através de um estudo de Hoffmann. Em seguida, é analisada a queda da desigualdade entre 1995 e 2005 por meio de outro estudo de Hoffmann. Logo após, é estudada a elite brasileira e como ela influencia no desenvolvimento sócio-econômico brasileiro sob a ótica de Medeiros (2003). O capítulo três é finalizado com as idéias mais sensatas estudadas para a erradicação da pobreza, para a melhoria da distribuição de renda e para a elevação do bem-estar social brasileiro.

CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO E A HERANÇA DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA E RIQUEZA NO BRASIL

Este capítulo inicial aborda a herança problemática da concentração de renda e riqueza no Brasil, a partir dos estudos de Pochmann por sua especialização no assunto. Também será apresentado o conceito de desenvolvimento de Furtado, por ser histórico e por possibilitar a relação entre subdesenvolvimento e concentração de renda.

Pochmann e Cardoso Jr. (2000) afirmam que o conceito de desigualdade na divisão da renda gerada não é novidade e que ela não decorre apenas da repartição desigual do fruto, mas também da herança da formação desigual da sociedade. Sendo assim, a alocação histórica dos estoques de riqueza e poder também foram desiguais ao longo do tempo. Os autores recorreram à análise de uma das bases do capitalismo - a divisão do trabalho, a qual é a forma distributiva primária da renda e que pode haver forte disparidade entre os rendimentos, dadas as diferentes categorias (empregados, autônomos, empresários, desempregados, inativos, entre outros). A seguir, os autores falam sobre a distribuição secundária da renda e sobre dois fatos no século XX que inverteram o processo distributivo primário. O primeiro é relacionado à onda socialista na Rússia, China e Cuba, que rompeu com o modo de produção capitalista, transferindo radicalmente os estoques de riquezas e poder das camadas privilegiadas urbanas e rurais. Após a Grande Depressão de 1929, nos países capitalistas centrais, programas reformistas conduziram gradualmente uma inversão no perfil distributivo sem romper com o modo de produção capitalista. Foram através de reformas agrárias, tributárias e sociais que se alteraram as distribuições primária e secundária da renda, diminuindo as desigualdades sociais. A presença de mecanismos de transferência social, somada às tributações progressivas diretas nos rendimentos foram fundamentais.

Nos países periféricos (incluindo o Brasil), não houve inversão desse perfil distributivo dos estoques de riqueza e poder e nem dos fluxos de renda gerada, conforme citação:

Na periferia do capitalismo mundial, as mudanças no perfil distributivo não tiveram as mesmas referências observadas nas economias capitalistas avançadas. Por vários motivos, não se observou uma evolução tão satisfatória no processo de repartição da renda, seja do ponto de vista da alteração patrimonial substantiva, localizada sob o estoque de riqueza e poder, seja do ponto de vista do fluxo de renda gerada.(...) Por conta disso, procura-se, a seguir, analisar uma experiência concreta de evolução do processo distributivo em um país da periferia do capitalismo mundial. O Brasil emerge como marca importante de forte expansão de suas forças produtivas,

sem todavia romper com a inércia da concentração distributiva pré-industrialização. (POCHMANN e CARDOSO JR., 2000, pg. 3-4)

1.1 Trajetória do padrão capitalista brasileiro (1930-1980)

Segundo Mello (1986 apud Pochmann e Cardoso Jr., 2000) a industrialização brasileira é caracterizada como um processo retardatário da expansão do capitalismo. E tanto o momento histórico, como as bases estruturais determinaram a possibilidade para a superação de obstáculos ao desenvolvimento.

O desenvolvimento industrial brasileiro pode ser caracterizado como um processo retardatário de expansão do capitalismo, querendo indicar, com isso, tanto o momento histórico mais geral do qual o país partiu rumo à industrialização, quanto a base material interna que definiria o potencial de superação de certas etapas necessárias ao longo do tempo (MELLO, 1986)

A análise da industrialização retardatária aponta para duas características:

- 1) Economia brasileira era baseada em uma atividade agrícola exportadora (café).
- 2) No momento em que se iniciou a industrialização no Brasil, a economia mundial já estava caracterizada como capitalismo monopolista em escala global.

(...) as especificidades da 'industrialização retardatária' podem ser acompanhadas a partir de um 'esquema endógeno' de investigação (...) Sua natureza estava localizada em dois vetores: i) o ponto de partida da industrialização brasileira, que residia no fato de a economia nacional estar assentada, no século XIX, sobre uma atividade produtiva de natureza tipicamente exportadora, o complexo cafeeiro; e ii) o momento da partida da industrialização nacional em termos mundiais, que estava já marcada pelo capitalismo monopolista em escala global. (POCHMANN e CARDOSO JR., 2000, pg. 4-5)

E os principais fatores do atraso da industrialização brasileira são:

- 1) Posição subordinada no cenário mundial na relação de troca de atividade cafeeira pelos produtos das atividades industriais, acumulando no lado industrial.
- 2) Após abolição da escravidão, o mercado de trabalho brasileiro se manteve, por muitos anos, repleto por um contingente não incorporável de trabalhadores, mantendo a estrutura: concentradora de renda e riqueza, e reprodutora de pobreza. A situação se agravou com a chegada de imigrantes europeus e asiáticos que ampliou a base de trabalhadores e fez aumentar o excedente de mão-de-obra.

3) Mercado interno estagnado até os anos de 1930.

Nestes termos, os principais fatores condicionantes do retardo da industrialização brasileira podem ser resumidos nos seguintes elementos. Primeiro, no que toca à natureza do processo social de acumulação capitalista, verifica-se que “a posição subordinada da economia brasileira na economia mundial está duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial. Esta dependência resulta da não constituição de forças produtivas capitalistas” (Mello, 1986 apud Pochmann e Cardoso Jr., 2000, pg. 5). Segundo, no que se refere à estruturação do mercado de trabalho brasileiro, o fato de ter perdurado, após a abolição da escravidão, um imenso contingente de trabalhadores não incorporáveis pela emergência e expansão dos mercados domésticos, aspecto este responsável tanto pela manutenção de uma estrutura concentrada da renda e da riqueza, quanto pela reprodução da pobreza e da marginalização social no campo e mesmo nas cidades. Situação esta que se agravaria com a ‘importação’ de mão-de-obra estrangeira no começo do século, mediante uma maciça imigração européia e japonesa, dando origem a um mercado de trabalho de base muito ampla, com grande excedente estrutural de força de trabalho. Terceiro, as dimensões estreita e subordinada do mercado interno em relação à dinâmica comportamental do complexo cafeeiro, principalmente até os anos de 1930, quando um novo padrão se estabeleceria na dinâmica de acumulação de capital no país (POCHMANN e CARDOSO JR., 2000, pg. 5).

1.1.1 A industrialização no Brasil

Os autores recorrem a uma citação de João Manuel Cardoso de Mello para introduzir a restrição da industrialização no Brasil entre 1933 e 1955.

Entre 1933/55, (...) o movimento da acumulação esteve fundado na expansão industrial interna. O movimento endógeno de acumulação de capital no país era, porém, restrito, pelo fato de as bases técnicas e financeiras apresentarem-se ainda incapazes de prover as condições indispensáveis à implantação e consolidação do setor produtor de bens de capital. (...) (MELLO, 1986 apud POCHMANN e CARDOSO JR., 2000, pg. 5).

Maria Tavares (1979 apud POCHMANN e CARDOSO JR., 2000), apoiada pela teoria kaleckiana tri-departamental, resume a dinâmica distributiva da industrialização como já estruturalmente concentrada porque apesar da lógica acumulativa ser baseada no D3 (bens de consumo dos trabalhadores), o grande excedente constante de mão-de-obra mantém os salários urbanos descolados de suas produtividades, fazendo com que os capitalistas acumulem para ampliar seu consumo e reproduzir o D3 e D1 (bens de capital). E não há o dispêndio ampliador no D2 (bens de consumo duráveis) nacional porque este ainda não existe. Então, o mercado de consumo baseado no D3 é fraco pelos baixos salários e pelo excedente desempregado, que contribuem para a acumulação dos capitalistas porque não se paga na proporção da produtividade. Essa riqueza acumulada é utilizada para consumo dos capitalistas

e investimentos em bens de capital (em menor proporção porque ele não tem expectativa de crescimento do mercado de consumo interno). Esse consumo dos capitalistas se dá através de importações, uma vez que não há um departamento desenvolvido no Brasil para produzir bens de consumo duráveis para os capitalistas. Tudo isso contribui para diminuição do potencial de acumulação interna.

Antes do período JK, a expansão da renda propiciava um mercado interno compatível com a ampliação da estrutura produtiva, porém, após o período JK, verifica-se a inversão desta tendência, quando os estrangeiros passam a dominar os setores mais dinâmicos e mais avançados tecnologicamente da indústria de bens duráveis de consumo (D2), com reprodução em escala ampliada à vontade do capital estrangeiro oligopólico. Com o nosso D1 subdesenvolvido, o Brasil tinha que adquirir bens de capital dos grandes centros mundiais, financiando estas importações com exportações primárias. Essa relação de troca incentivava a produção de bens de capital por parte dos grandes centros mundiais. Portanto, o capital estrangeiro passou a dominar o D2 (bens de consumo duráveis) no Brasil e a atrofiar o D1 nacional (bens de capital). Ao mesmo tempo este capital constituía modernas plantas industriais, ditando o ritmo e a direção da acumulação e dos investimentos, pressionando o desenvolvimento da indústria recém-nascida nacional e deixando os setores menos rentáveis para a indústria nacional, conforme Oliveira (1977 apud POCHMANN e CARDOSO JR., 2000).

A segunda fase da industrialização brasileira foi compreendida entre 1956/61, durante o Plano de Metas no período JK e segundo Mello (1986 apud POCHMANN e CARDOSO JR., 2000), essa industrialização pesada retardatária apresentava descontinuidade tecnológica. Pochmann e Cardoso Jr. (2000) afirmam que esta descontinuidade só foi resolvida com a divisão industrial do trabalho, sobre a qual se instalaria o tripé da industrialização brasileira. Após a fase inicial da implantação do parque industrial brasileiro, através da dinâmica estruturalmente cíclica, encontrar-se-ia uma fase de desaceleração, com taxas decrescentes de crescimento, desequilíbrio da balança de pagamentos e aceleração da inflação. O tripé era formado pelo papel do Estado, papel do Capital Estrangeiro e pelo papel do Capital Nacional. O Estado seria responsável pelo desenvolvimento dos setores de infra-estrutura básica e insumos intermediários. O Capital Estrangeiro seria responsável pelos segmentos mais rentáveis e intensivos em tecnologia de ponta, mas também do setor de bens duráveis de

consumo. E o Capital Nacional seria responsável pelos setores menos dinâmicos (consumo interno) e produção subordinada nas cadeias produtivas.

1.2 Conceito de desenvolvimento

Para dissertar sobre desenvolvimento, Furtado, logo no início, se opõe à teoria de Rostow, fazendo sérios questionamentos. Essa oposição fica clara em dois trechos:

Como admitir que um modelo baseado na observação do comportamento histórico das atuais economias industrializadas e na presente estrutura destas possa servir para projetar as tendências a longo prazo do processo de industrialização em escala planetária? (FURTADO, 1981, p.21)

À questão que vem imediatamente ao espírito é a seguinte: dispomos de suficiente conhecimento da estrutura da economia mundial (ou simplesmente, da do conjunto das economias capitalistas) para projetar tendências significativas da mesma a longo prazo? (Idem, Ibidem, p.22)

Furtado (1981) discorda também de outros autores envolvidos no debate sobre desenvolvimento (da época), que mensuram o desenvolvimento de um país pela capacidade de acessar os padrões de consumo dos Estados Unidos. Para o autor, a reprodução dos padrões de consumo nos países centrais em um país periférico é uma das razões para que este se mantenha subdesenvolvido. Basicamente, a maneira como ele mensura o desenvolvimento é através do “(...) grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno” (Idem, Ibidem, p.22).

Há uma outra crítica em relação à Rostow quanto à idéia de laissez-faire e à análise sobre desenvolvimento. Segundo Furtado (1981), a explicação para um país ter atingido o patamar de desenvolvido se deve mais à sua história do que à análise econômica e deve-se levar em conta que nenhum país se tornou desenvolvido através do laissez-faire.

1.2.1 As grandes empresas nas relações centro-periferia

As grandes empresas têm uma grande influência nas relações econômicas internacionais e no desenvolvimento industrial dos países. De acordo com Furtado (1981), as

relações comerciais entre países centrais e periféricos se tornaram cada vez mais próximas de operações corporativas internas com as grandes empresas tendo estrutura suficiente para se instalar na maioria dos países periféricos que desejarem. A industrialização feita sob controle das grandes empresas é diferente daquela que ocorreu nos países centrais. Se a dinâmica nos países centrais é baseada na criação de novos produtos e na elevação real da renda para o aumento do consumo de massa, o mesmo não é visto nos países periféricos. Nestes países prevalecem a vontade de copiar a cultura estrangeira e a concentração de renda para que se viabilize a reprodução dos padrões de consumo centrais pelas elites. Isso evidencia que os frutos do crescimento industrial nos países centrais foram mais bem distribuídos, ao passo que nos países periféricos a industrialização (sob controle das empresas) provocara crescente concentração. Outra relevante conclusão do autor brasileiro é que o crescimento no centro da economia mundial (apoiada no lançamento de novos produtos e no crescimento da renda média real) acentua a concentração de renda na periferia devido à já citada cultura de imitar os padrões de vida dos países centrais.

1.2.2 O mito do desenvolvimento

O mito tem como premissas a cultura de reprodução dos padrões de consumo dos países centrais pelos países periféricos e o papel das grandes empresas na condução da industrialização. Este papel possibilita que o crescimento econômico nos países centrais exerça influência nos países periféricos. Por exemplo: a expansão do consumo de massas nos países centrais faz com que haja expansão da desigualdade entre as elites e as massas das sociedades de países periféricos.

O autor brasileiro denomina de mito do desenvolvimento a crença da possibilidade da massificação ao redor do mundo do acesso ao conforto e padrão de vida dos países centrais. Furtado (1981) baseia-se na pressão sobre os recursos não-reprodutíveis. Então, com essa dinâmica do desenvolvimento mantenedora da desigualdade entre países e “intrapaises”, como é possível uma homogeneização ao redor do mundo do padrão de consumo e do estilo de vida dos países centrais? A conclusão de Furtado (1981) sobre o mito é que dado este sistema, seria impossível desenvolvê-lo de modo que o padrão de vida no mundo seja homogêneo. Os frutos da elevação da capacidade de consumir sempre será “privilégio de uma

minoria” e o custo ambiental de qualquer tentativa neste sentido levaria ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco até a sobrevivência da espécie humana.

1.2.3 Subdesenvolvimento e dependência

Até agora foi descrito o efeito da busca por um padrão de consumo mais elevado acompanhado de acumulação de capital, mas o que acontece quando há essa busca sem o seu complemento? Segundo Furtado (1981), há uma pressão para ampliar o excedente que pode vir de duas maneiras: i) aumento das exportações e ii) aumento da taxa de exploração.

No caso da taxa de exploração, há o efeito chamado modernização, no qual o capitalista se sente pressionado a adotar métodos mais produtivos investindo em tecnologia e em bens de capital, ganhando mais produtividade e criando condições para pressionar os salários reais em direção ao nível de subsistência, ou seja, aumentando a taxa de exploração sobre o trabalhador porque desvincula um aumento da produtividade com um aumento do salário.

Como os grupos dos capitalistas (acumuladores do excedente) são reféns do padrão de consumo dos países centrais e ao mesmo tempo determinam o grau de modernização nos países (que influencia a taxa de exploração), todo esse conjunto de decisões impacta na concentração da renda nas sociedades.

Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho. O comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço na acumulação. Assim, a reprodução das formas sociais, que identificamos com o subdesenvolvimento, está ligada a formas de comportamento condicionadas pela dependência. (FURTADO, 1981, p.82)

Furtado (1981) argumenta que no modelo de industrialização via substituição de importações, a produção foi desigual e segmentada em duas partes: i) setores tradicionais e ii) setores industriais de ponta.

Antes do Processo de Substituição de Importações não havia essa disparidade tecnológica no parque industrial porque a cobiça pelo padrão elevado de vida era suprida

pelas importações, mas a partir dele, qualquer tentativa de elevar o padrão de consumo aumentou esta disparidade entre os setores. Portanto, juntando essa idéia pós-substituição de importação com a idéia de modernização, conclui-se que a contínua introdução de novos produtos nos países centrais somada a cobiça pelas suas aquisições nos países periféricos forçou os capitalistas a modernizarem os setores industriais de ponta via aumento da exploração, gerando crescentes desigualdades sociais.

Furtado, interligando todas as idéias, conclui que o subdesenvolvimento tem origem histórica através da relação entre exploração interna do trabalho e dependência externa. E a concentração de renda é função da taxa de exploração, que por sua vez é função da elevação dos padrões de consumo, possibilitando uma relação direta entre concentração de renda e elevação dos padrões de consumo. Outra conclusão é que dado este modelo, o crescimento econômico faz com que haja maior dependência externa e maior exploração interna, acarretando então em maior desigualdade social.

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravamento tanto da dependência externa como da exploração interna. Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais. (FURTADO, 1981, p.94).

CAPÍTULO 2 – CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS A PARTIR DOS ANOS 1980 E SUAS INFLUÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO E NA DESIGUALDADE SOCIAL

Este capítulo aborda a mundialização financeira e as escolhas neoliberais para a condução das economias capitalistas durante a década de 1980 e 1990. São também analisados os efeitos nos mercados de trabalho decorrentes deste cenário.

A proposta deste capítulo é explicar como a mundialização financeira e a reestruturação produtiva contribuíram para o atraso no desenvolvimento brasileiro e para a concentração de renda no país. Pretende demonstrar também a incompatibilidade do desenvolvimento econômico para o Brasil através de políticas de emprego ausentes.

No primeiro item é explicado o modo como a liberalização financeira se expandiu e as idéias neoliberais ganharam força no debate acadêmico e na política. O segundo item abrange os malefícios da liberalização financeira, principalmente na condução das políticas econômicas. O terceiro item analisa a conjuntura de reestruturação produtiva inserido em um cenário econômico restritivo dominado pelo neoliberalismo. O quarto item define a exclusão social e a forma de inclusão social via emprego. O quinto item analisa os efeitos no mercado de trabalho brasileiro decorrentes da mundialização financeira e da modernização conservadora.

2.1 Questionamento Neoliberal e a Mundialização Financeira

As precondições para o surgimento da mundialização financeira ocorreram nos anos 60 quando as principais economias capitalistas passaram a apresentar taxas de inferiores de crescimento econômico (evidenciando a dificuldade de valorização do capital produtivo) e os lucros das empresas transnacionais não eram repatriados e não eram reinvestidos na produção. Eles ficavam retidos na Europa, no setor off-shore e financiavam as dívidas dos países dos países em desenvolvimento não-membros da OPEP. O desenvolvimento do mercado de eurodólares e de títulos dos tesouros dos países em desenvolvimento não-membros da OPEP propiciou o fortalecimento das instituições financeiras. Esse fortalecimento foi necessário para as instituições pressionarem por uma política monetária favorável aos interesses dos

credores e uma maior liberalização financeira. No fim da década de 60, ocorreram relevantes ataques cambiais contra a libra esterlina e, depois, contra o dólar, esboçando um possível fim do regime de câmbio fixo e sacramentando o fim dos 30 anos de ouro do capitalismo.

Com o desequilíbrio duplo da economia americana, déficit orçamentário e comercial, os Estados Unidos revogam o sistema de Bretton Woods em agosto de 1971.

A revogação do sistema de Bretton Woods pôs fim ao padrão-ouro para o dólar, abrindo caminho, imediatamente, para o sistema de “taxas de câmbio flexíveis”. A adoção das taxas de câmbio flexíveis foi o ponto de partida de uma instabilidade monetária crônica. Ela fez com que o mercado de câmbio o primeiro compartimento a entrar na mundialização financeira contemporânea, e um dos compartimentos onde uma parcela especialmente elevada dos ativos financeiros procura se valorizar, preservando, ao mesmo tempo, a máxima liquidez. (CHESNAIS, 1998, pg. 25)

Em 1972, os Estados Unidos eram os maiores credores do mundo, mas apresentavam aquecimento inflacionário. No ano seguinte, houve o primeiro choque do petróleo fazendo com que, em 1974, a economia americana fosse classificada como estagflacionária.

Com o aprofundamento da crise econômica mundial nos principais países capitalistas e com o Sistema Monetário Internacional já fragilizado, abriu-se, um período de incertezas e de novos questionamentos do padrão sistêmico de integração social no campo acadêmico e no político. Não foi coincidência a concessão do Premio Nobel de economia para Hayek em 1974. Com a manutenção da estagflação até o final dos anos 70, há uma importante mudança na condução das políticas públicas nos países industrializados. Em 1979, pela primeira vez, os representantes das 5 maiores nações capitalistas, em reunião em Tóquio, decidiram priorizar o combate à inflação como objetivo, abandonando o compromisso com o pleno emprego, baseado na teoria keynesiana. E o principal instrumento de regulação macroeconômica passa a ser a política monetária. Há, também, a imposição da ótica liberal sobre o papel do Estado. Não foi coincidência também, a vitória de vários governos de direita nos países desenvolvidos.

As vitórias de Thatcher na Inglaterra em 1979, de Reagan nos Estados Unidos em 1980, de Kohl na Alemanha em 1982 e de Schluter na Dinamarca em 1983 terminaram sendo, junto com os demais governos de direita que logo se difundiram em outros países, os vetores de um histórico rompimento com as políticas de integração social do pós-guerra. Em menor escala, o fracasso dos governos de esquerda durante os anos 80, como de Mitterand na França, de González na Espanha, de Soares em Portugal, de Craxi na Itália e de Papandreou na Grécia, também contribuiu para a difusão do receituário neoliberal e seus efeitos sociais nefastos. (POCHMANN, 1999, pg. 14)

Com Paul Volcker a frente do Federal Reserve e Margaret Thatcher no poder na Inglaterra, em um cenário estagflacionário, são incentivadas as políticas neoliberais restritivas de combate à inflação. A rigidez das políticas monetárias forçou uma alta brutal das taxas de juros nominais em todo o mundo, e então, temos uma nova ordem financeira internacional, na qual o credor domina o devedor na relação de forças, evidenciando o favorecimento ao detentor de capital financeiro. Porém, a continuidade dessas políticas restritivas teve um elevado custo para o crescimento econômico.

A taxa de crescimento médio anual do PIB, nos países da área do G-7, passou de +3,6%, durante a década de 70, para +2,8, na década de 80, para cair a somente +2,0 em 1990/95. A desaceleração do crescimento engendrou importantes tensões sobre os mercados de trabalho, levando a um crescimento irreversível do desemprego. (PLIHON, 1999, pg. 102)

O déficit médio dos países do G-7 passou de -2,1% do PIB, durante a década de 70, para -3,6% , em 1990/95, e, conseqüentemente, o peso da dívida pública também cresceu fortemente, para atingir 64,3% do PIB, em média, em 1990/95.

Os organismos internacionais (OCDE, FMI, Comissão Européia) consideram, em meados dos anos 90, que os déficits públicos se tornaram um obstáculo a uma boa ordem econômica mundial. Segundo a doutrina oficial, esses desequilíbrios são uma fonte de inquietude para os mercados e acarretam variações brutais da taxa de câmbio e da taxa de juros. As crises e as desordens que daí decorrem perturbam o crescimento mundial, provocam importantes deslocamentos de capitais, diminuem o crescimento e, por isso, mantêm um desemprego elevado. (PLIHON, 1999, pg. 103)

Outra conseqüência da política monetária dos países industrializados, após o início dos anos 80, foi o crescimento dos encargos da dívida em ritmo superior ao crescimento do produto, gerando déficits públicos e aumentando a dívida pública. Com os crescentes déficits públicos, os Tesouros públicos nacionais foram forçados a recorrer aos investidores internacionais, especialmente aos institucionais, para que comprassem seus títulos públicos nacionais e, assim, modernizassem e liberalizassem os sistemas financeiros para suprirem suas necessidades de financiamento.

O país pioneiro (e mais importante) no desequilíbrio déficit público foi os Estados Unidos. Ao final dos anos 70, os Estados Unidos encontravam-se com seus saldos orçamentário e comercial equilibrados. Em meados dos anos 80, os Estados Unidos já apresentavam déficits gêmeos e com a recorrência aos investidores estrangeiros. Então, o antigo maior credor mundial tornou-se o maior devedor entre todos os países. Isso forçou o

mercado financeiro a se modernizar e se liberalizar para atender à nova reorientação dos fluxos financeiros.

Após 1982, cada vez mais, os movimentos de capitais passaram a não ser mais intermediados pelo sistema bancário, organizando de forma direta as finanças internacionais.

Essa nova organização das finanças responde à demanda dos agentes dominantes do jogo financeiro: tanto os emprestadores quanto os tomadores de empréstimos. Investidores institucionais (companhias de seguro, fundos de aposentaria, fundos de investimentos), tesouros públicos nacionais, caixas de bancos e de empresas multinacionais, todos preferem endividar-se ou aplicar no mercado de títulos, uma técnica mais maleável e menos custosa, graças à supressão do custo de intermediação. (PLIHON, 1999, pg. 110-111)

Conseqüentemente, extinguiu-se toda forma de controle administrativo das taxas de juros, do crédito e dos movimentos de capitais. Essa desregulamentação teve efeito acelerador no processo de globalização financeira.

2.2 Malefícios da Liberalização Financeira

A liberalização financeira e o nível elevado das taxas de juros estão fortemente interligados. No começo dos anos 80, a elevação das taxas de juros foi decorrente da rigidez das políticas monetárias. Posteriormente, as taxas de juros reais mantiveram-se em níveis elevados como conseqüência da liberalização financeira. Isso fortaleceu o lado credor na relação de forças. Ao contrario do que aconteceu até o final dos anos 70, quando o tomador se beneficiava de baixas taxas de juros, os credores passaram a pressionar com êxito a manutenção das taxas de juros em níveis elevados.

A argumentação dos economistas que defendiam a liberalização financeira era a de que com uma considerável alta nas taxas de juros, ocasionada pela liberalização, tornar-se-ia possível a retomada da poupança e do investimento. A premissa no lado da demanda era de que a poupança iria aumentar pela maior atratividade das taxas de juros, fazendo com que os agentes econômicos renunciassem mais ao consumo instantâneo para acumular recursos e consumir no futuro em maior magnitude. Enquanto no lado da oferta, a alta de juros forçaria os capitalistas a alocarem seus investimentos em melhores projetos ou mais eficientes.

No passado, Keynes teorizou que a formação da poupança era função da renda, ou seja, para retomar o nível de poupança seria necessário antes retomar o nível de renda, e não da taxa de juros. E para retomar o nível de renda seria necessário retomar o investimento via efeito multiplicador, que é função decrescente da taxa de juros. Ou seja, o investimento caminha em direção oposta à taxa de juros, que se for elevada, incentivará uma queda no investimento, na poupança e, posteriormente, no crescimento e no emprego. Conforme previsto pela teoria keynesiana, na realidade, constata-se que a alta das taxas de juros iniciadas nos anos 80 acompanhou em direção oposta a queda das taxas de poupança e de investimento nos principais países capitalistas.

Quanto à baixa da taxa de poupança, o Fundo Monetário Internacional (FMI) – que representa a ortodoxia financeira internacional – terminou, ele mesmo, por reconhecer, em seu último relatório anual sobre a economia mundial (1995), que a maioria dos trabalhos indicam que liberalização financeira teve um impacto negativo sobre o comportamento da poupança nos países industrializados, ainda que esse efeito deva ser temporário. O FMI admitiu o fundamental da análise keynesiana, uma vez que publicou as seguintes observações: “Os trabalhos recentes, que compreendem os testes de causalidade estatística, levam cada vez mais à conclusão da existência de um elo de causa e efeito que parte do crescimento (da renda) em direção à poupança. (PLIHON, p.122).

A elevação e manutenção das taxas de juros favoreceram a sobreposição do capital financeiro sobre o capital produtivo pela atratividade das operações financeiras de prazo mais curto frente aos investimentos produtivos. É desenvolvido nesse cenário o capital fictício por meio das negociações de ativos financeiros não-vinculados ao risco e à produção industrial. Com a grande liquidez que estes ativos adquiriram, a especulação com estes foi incentivada.

Essas propriedades encorajam que sejam assumidas posições especulativas cujo objetivo é, como já se viu, a realização de mais-valias nas operações que não têm como objeto o financiamento do capital produtivo. A especulação não é um fenômeno novo na história do capitalismo. (KINDLEBERGER, 1978; GALBRAITH, 1995, apud PLIHON, 1999, pg. 123)

A manutenção das taxas de juros em patamar elevado pode desestabilizar as economias nacionais pela oposição de interesses entre os detentores dos ativos financeiros e dos capitalistas produtivos mais os trabalhadores. Os primeiros almejam aumento de rentabilidade via alta da taxa de juros, enquanto os últimos almejam crescimento econômico.

As economias latino-americanas, chamadas de periféricas pela corrente pensante da CEPAL, também sofreram com os efeitos da liberalização financeira. Salama (1999) inclui efeitos no mercado de trabalho e no bem-estar da sociedade como conseqüências da mundialização financeira.

Na França, como nas economias latino-americanas, a taxa de câmbio se valoriza, o déficit público é financiado cada vez mais pelas entradas de capitais e as taxas de juros reais se estabelecem em níveis elevados. As desigualdades de renda, então, aumentam, o emprego torna-se mais raro e a exclusão se desenvolve. Sem forçar o paradoxo, o que se encontra de forma esparsa em diversos países desenvolvidos aparecem com mais nitidez, nas economias semi-industrializadas latino-americanas. (SALAMA, 1999, pg. 212)

Salama (1999) se contrapõe à teoria clássica, constatando efeitos negativos da chamada, por ele, “ciranda financeira” nos países desenvolvidos e nos não-desenvolvidos. Na maioria dos países da América Latina, durante os anos 80 (período de altas taxas de inflação), observam-se casos de “ciranda financeira”, que consistem em períodos de inflação elevada com taxas de juros reais significativa. Isto faz com que as taxas de juros reflitam muito mais a instabilidade financeira do que uma possibilidade de poupança e investimento. Pelo contrário, na “ciranda financeira” há a crescente financeirização das atividades dificultando cada vez mais o investimento produtivo.

É forçoso constatar que essa tese não deu os resultados previstos, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos. A redução das taxas de poupança e de investimento, em relação ao que foram (sic) até o fim dos anos 70, a baixa do ritmo de crescimento, o crescimento do desemprego à medida que aumentava a disparidade entre os ganhos, constituem os traços marcantes desses últimos vinte anos, sem que se possa atribuir, para tanto, à alta das taxas de juros e às medidas de liberalização financeira o grande crescimento dos países do Sudeste Asiático e da China. A alta das taxas de juros não produz, portanto, o efeito com o qual contava a corrente liberal. (SALAMA, 1999, pg. 213)

De acordo com Salama (1999), a financeirização reforça a desregulamentação no mercado de trabalho. Com a crise da dívida de 1982, as sociedades latino-americanas pagaram um preço elevado. Com a escassez de recursos para financiar as dívidas, a maioria dos países latino-americanos recorreram à “senhorinhagem” para ajudar no pagamento de suas dívidas. Com um cenário de inflação elevada, baixo crescimento econômico, “senhorinhagem” e flexibilização nos mercados de trabalhos, acentua-se a desigualdade social.

A financeirização, sob suas diversas formas, ocasiona uma flexibilização crescente dos salários e do emprego. (...) Alijadas dos mercados financeiros internacionais a partir de agosto de 1982, as economias latino-americanas tiveram que pagar com seus próprios recursos o serviço de sua dívida externa, até que pudessem novamente ter acesso a esses mercados, no final dos anos 80. (...) A senhorinhagem opera, então, em um contexto de desigualdades acentuadas de ganhos e baixa valorização do capital produtivo. (SALAMA, 1999, pg. 227-231)

2.3 Modernização Conservadora

Tavares (1992) denomina a reestruturação produtiva na era da Terceira Revolução Industrial, em meio a políticas neoliberais e ao baixo crescimento econômico, de modernização conservadora. Os problemas no mercado de trabalho seriam decorrentes da modernização conservadora.

As empresas precisavam se reestruturar pela queda das taxas de lucratividade no passado e pelo aumento da concorrência.

O mundo carecia de organismos econômicos internacionais, de Estados nacionais comprometidos com o pleno emprego e de uma locomotiva para “puxar” o crescimento econômico.

A reestruturação do capital realizada em um quadro geral de globalização financeira, instabilidade econômica e de surgimento de uma nova onda de inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais rompeu com o padrão de concorrência e com os instrumentos e mecanismos nacionais e internacionais que antes o regulavam. (...) retiram-se dos Estados nacionais a capacidade de efetivar políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego e políticas sociais capazes de favorecer a distribuição da renda. (POCHMANN, 1999, pg. 28)

Com a crise econômica dos anos 70, os organismos multilaterais estavam impotentes para coordenar políticas macroeconômicas para o desenvolvimento. O acirramento da concorrência e a onda de reestruturação das empresas consolidaram a Terceira Revolução Industrial. As conseqüências foram mais evidentes com a desregulamentação do mercado de trabalho.

Este movimento de modernização conservadora resultou em mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais em meio ao colapso da velha ordem econômica internacional e das instituições que articulavam os diferentes Estados e interesses nacionais. Estas transformações na estrutura do capitalismo também favorecera a maior instabilidade econômica, a ampliação – inusitada para os padrões do capitalismo do século XX – das inseguranças do mundo do trabalho e da financeirização com crescente dependência de fluxos internacionais de capitais, agora ainda mais voláteis e atomizados (BRAGA, 1991 e GUTTMANN, 1995 apud POCHMANN, 1999, pg. 27)

O progresso técnico não moderniza somente os setores mais dinâmicos da economia, mas também os mais tradicionais com investimentos racionalizadores na produção e no emprego.

(...) o acirramento da concorrência desregulada entre os indivíduos, empresas e nações ou blocos econômicos tenderia a fazer das políticas de desregulamentação do mercado de trabalho, notadamente aquelas voltadas ao controle e redução dos custos salariais, a variável de ajuste fundamental. (POCHMANN, 1999, pg. 28)

Como a preocupação com a concorrência e a busca pela competitividade eram apenas empresariais, a tendência vista foi de uma postura progressivamente predatória. Isso inutilizou as políticas macroeconômicas voltadas ao emprego e as políticas sociais, dificultando a expansão do crescimento sustentado e desestabilizando o mercado de trabalho. Além disso, há a tendência de ampliação do desemprego, da heterogeneidade dos postos de trabalho e da desigualdade social.

Para evitar, se não for tarde demais, o aprofundamento dessas tendências torna-se cada vez mais premente a efetivação de negociações e políticas setoriais, nacionais e internacionais capazes de assegurar que a competitividade não se faça à base de redução de salários e ampliação do desemprego, da precarização, da jornada de trabalho e da desigualdade social. Nesse sentido, é importante o reconhecimento dos fatores sistêmicos ou nacionais da competitividade, mas são também imprescindíveis tanto políticas setoriais, compatíveis com a busca de uma maior competitividade de alta performance e de desencorajamento daquela alternativa competitiva espúria, quanto internacionais, capazes de assegurar maior crescimento global e redução das incertezas econômicas e financeiras mundiais. (COUTINHO & FERRAZ, 1993; POSSAS, 1995, apud POCHMANN, 1999, pg. 28-29)

A consequência para o setor primário da economia foi a grande substituição da mão-de-obra pela automatização, fazendo com que o setor deixasse de ter participação significativa no total de empregos. No setor secundário, as consequências foram as diminuições na participação de emprego total e no número absoluto de empregos. Já no setor terciário, constata-se o aumento do número de emprego e a ampliação do setor na participação dos empregos. Entretanto, essas expansões não compensam a queda nos outros setores do número de trabalhadores e os efeitos racionalizadores das novas tecnologias que atingem todos os setores. Além dos efeitos racionalizadores, novas técnicas de produção e novas formas de gestão de recursos humanos contribuem para a desintegração de cargos tradicionais. E os empregos que permanecem ou são criados também são afetados pelo aumento da oferta de mão-de-obra e pela desregulamentação do mercado de trabalho, dada a busca incansável por maior produtividade e competitividade. Não é coincidência a ocorrência freqüente de programas tais como: qualidade total, reengenharia, downsizing etc.

Na América Latina, majoritariamente, como os mercados de trabalho já se encontravam bem flexibilizados e heterogêneos, a reestruturação produtiva fez ajustes com parâmetros dos países de menores salários e participação sindical.

No Brasil, com a política passiva e ausente de acordos setoriais do governo Fernando Henrique Cardoso, o processo de reestruturação empresarial teve continuidade.

2.4 O que é Exclusão? Quem são os Excluídos?

Conforme Pochmann (1999), os excluídos compõem uma parte integrante da sociedade que se encontra materialmente incapaz de usufruir dos benefícios socioeconômicos (emprego e renda) ou de condições institucionais (direitos e deveres) nos marcos do desenvolvimento capitalista. A partir da premissa de que a inclusão depende da capacidade do indivíduo participar dos processos de decisão e de negociação, a exclusão pode ser relacionada com a inexistência de condições básicas para participar e para negociar em tais processos decisórios.

As clássicas formas de exclusão se dão através do subemprego, dos baixos rendimentos e da informalidade, ao passo que as novas formas são ocasionadas pelo desemprego aberto, pelas ocupações atípicas e pelas precarizações das condições e das relações de trabalho.

Portanto, o emprego regular de qualidade é a principal forma de acesso à inclusão social.

2.5 Mercado de Trabalho

Para estudar a influência das mudanças do panorama econômico no mercado de trabalho é oportuno dividir este estudo em 2 fases.

A primeira fase ocorre na década de 1980, quando o setor público sofreu os custos do ajustamento externo da economia e foi perdendo o poder de conduzir o desenvolvimento do país. O capital privado aplicava nas operações mais rentáveis no curto prazo, transferindo e concentrando grande parte de sua riqueza em ativos financeiros. Todavia, o capital privado não foi capaz de substituir o papel do Estado como direcionador do desenvolvimento. Essa

década é caracterizada também pela estagnação do crescimento econômico e desarticulação de um modelo de desenvolvimento industrial.

A segunda fase ocorre nos anos 90, período em que há o crescimento do desemprego e a regressão do crescimento industrial devido à adoção do projeto neoliberal. É também caracterizada pela expansão do setor terciário que contribuiu para a piora da distribuição porque este absorveu um grande contingente de pessoas muito díspares de qualificação, produtividade e rendimentos. Para piorar, por si só, esse setor oferece uma gama de trabalhos muito heterogênea, desestruturando cada vez mais o mercado de trabalho brasileiro e corroborando para o crescimento da economia informal.

2.5.1 Fase I

No pós-guerra, o padrão de integração era outro, encontrando-se sempre à procura do pleno emprego. A população estava incluída socialmente com mecanismos de proteção estabelecidos abrangendo a maioria da população. Pochmann (1999) define esta situação de inclusão como sendo “normal”. No pós-guerra, os excluídos compuseram a minoria, classificados em uma situação de “anormalidade”, passível de ser compensada por ordem das políticas sociais.

Durante o pós-guerra, o padrão sistêmico de integração se identificava à busca do pleno emprego e à segurança socioeconômica do conjunto da sociedade. Essa seria uma situação normal de inclusão social, com mecanismos institucionalizados e adotados para a maioria da população (emprego regular, rendimento adequado à aquisição de, pelo menos, bens e serviços básicos etc). Os excluídos, naquele período, seriam minoria, referindo-se a uma situação de anormalidade, passível de ser compensada por ordem das políticas sociais. (POCHMANN, 1999, pg. 21)

Contudo, a situação na maioria dos países latino-americanos era diferente. Os frutos do crescimento eram distribuídos heterogeneamente devido à falta de políticas sociais e econômicas comprometidas com a questão do emprego. Mas, apesar da heterogeneidade e da situação “anormal”, foi neste período que houve uma melhora no padrão distributivo da sociedade brasileira.

Se por um lado os países desenvolvidos puderam beneficiar-se da situação de quase pleno emprego e de altos salários entre 1950 e 1973, por outro praticamente todos os países latino-americanos caracterizaram-se pela ausência de políticas econômica e social voltadas essencialmente ao enfrentamento dos problemas do emprego. (...) Ainda que não seja possível identificar homogeneidade nas sociedades latino-americanas, não seria insustentável afirmar que no pós-guerra houve avanços no processo de desenvolvimento econômico, apesar da constante heterogeneidade produtiva e social. (POCHMANN, 1999, pg. 51-52)

Após a crise da dívida externa de 1982, a estagflação forçou diversos planos de ajustamento econômico, desacelerando o crescimento dos empregos regulares de boa qualidade além de expandir a taxa de desemprego. Houve uma tendência de precarização do mercado de trabalho devido à proliferação dos empregos informais, principalmente nos setores menos organizados (ou mais vulneráveis à flexibilização). Portanto, a destruição de parte das ocupações formais existentes e as ocupações de baixa qualidade surgem como alternativas de incorporação possível ao mercado de trabalho, contribuindo para a exclusão e distanciamento do padrão de integração social desejado, além de enfraquecer o poder de compra dos salários.

A geração de ocupações com baixa qualidade (atípica, irregular, parcial), que no padrão sistêmico de integração social estaria associada à exclusão relativa do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade, surge como exemplo de incorporação economicamente possível. Dessa forma, distanciam-se as possibilidades de estabelecimento de um patamar de cidadania desejada. (POCHMANN, 1999, pg. 21)

Num cenário de baixo crescimento e restrito à geração de empregos regulares, o mercado de trabalho passou a ser cada vez mais desregulado através da ausência de uma política econômica e social voltada aos problemas do emprego. Essas políticas foram apoiadas pelas teorias neoliberais que apoiavam a desregulamentação do uso e remuneração da mão-de-obra objetivando a geração de mais empregos, desprezando a qualidade das ocupações geradas. Essa forma ineficaz de combate ao desemprego contribui para acentuar as disparidades sociais via exclusão social porque a inclusão do cidadão no mercado de trabalho desta forma não o inclui socialmente.

Mas esse vetor de condução das políticas públicas para o mercado de trabalho, além de insuficiente para o melhor enfrentamento do problema do emprego, tem promovido as desigualdades socioeconômicas e, em última instância, a exclusão social. Nesse caso, a inclusão por meio do emprego ou com alguma ocupação seria insuficiente para significar as condições adequadas de participação nos frutos do desenvolvimento econômico e mesmo de acesso aos programas de seguridade social (previdência, saúde, seguro-desemprego). (POCHMANN, 1999, pg. 21-22)

Entretanto, o quadro da sociedade brasileira evidencia uma sociedade apartada entre os incluídos socialmente e os demais. Os demais são precariamente incluídos somados aos

excluídos. Os incluídos incluem-se via ocupação regular de boa qualidade. Os precariamente incluídos incluem-se via subemprego, ocupações atípicas, parciais ou temporários, enquanto os excluídos encontram-se desempregados.

Comparado ao período de 1950/80, o período pós-1980 caracterizou-se pelo funcionamento do mercado do trabalho com maior heterogeneidade econômica, com o elevado nível de subutilização da mão-de-obra e com amplas faixas de precarização do trabalho e dos rendimentos assalariados. (...) As novas formas de exclusão no mercado de trabalho, como o desemprego aberto (quando à procura de emprego sem realizar atividade remunerada), ocupações atípicas e precarização nas condições e relações de trabalho, complementam um cenário de dificuldades nos países latino-americanos neste final de século. (POCHMANN, 1999, pg. 53-55)

A estabilização de um excedente de mão-de-obra que não consegue ser absorvido tende a criar formas alternativas de sobrevivência, aceitando subempregos, pressionando os salários e corroborando para o crescimento da economia informal. Isso tudo faz com que os níveis de salários se descolassem do nível de produtividade dos trabalhos.

O mercado de trabalho informal se caracteriza pela excessiva oferta de mão-de-obra de baixa qualificação técnica, sem classe defensora dos direitos trabalhistas (sindicatos), com trabalhos instáveis (alta rotatividade) e que oferecem chances remotas de ascensão social. Os níveis salariais são ajustados, portanto, conforme a oferta de mão-de-obra.

O mercado formal de trabalho oferece empregos mais estáveis, com exigência mais alta de qualificação da mão-de-obra e que oferecem maiores chances de ascensão social. Os níveis salariais são ajustados, portanto, conforme a demanda de mão-de-obra e pelas pressões dos sindicatos das classes trabalhadoras.

Esse cenário brasileiro no final do milênio não resulta de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável no longo prazo. Pelo contrário, parece incentivar os trabalhadores a buscar individualmente alternativas para sua sobrevivência com conseqüências maléficas para a estrutura já concentrada sobre a renda no mercado de trabalho.

Pochmann (1999) reforça a idéia de que o elevado nível de desigualdade social não se alterou devido aos programas de ajustes macroeconômicos e de mudança no padrão de competitividade e nos sistemas de proteção social implementados. A incorporação social foi enfraquecida, ao passo que o processo de exclusão social e desigualdade social se

fortaleceram. Todo esse processo pós-1980 reverteu uma tendência de redução gradual nos índices de pobreza conquistados durante o período entre 1950 e 1980.

2.5.2 Fase II

Após a crise da dívida de 1982, os organismos multilaterais focalizaram na propagação do receituário neoliberal, pressionando as economias em desenvolvimento para se ajustarem de modo a solverem suas dívidas através de geração de saldos regulares na balança comercial. Portanto, nesta década os países latino-americanos adotaram um programa de substituição de importações. Só que devido ao cenário estagflacionário e à pressão pela implantação do programa neoliberal, os países latino-americanos incorriam no seguinte dilema: retomar o crescimento ou ser um bom devedor.

Durante a década de 1980, os países latino-americanos adotaram um verdadeiro programa de substituição de importações, como decorrência do receituário das agencias multilaterais orientado para a geração de saldos na balança comercial, pelo menos, suficientes ao pagamento do serviço das dívidas externas dos países latino-americanos (HIRSCHMAN, 1987; BECCARIA & CARCIOFI, 1993 apud POCHMANN, 1999, pg. 55)

Por conta disso, uma situação predominante de trade off entre a retomada sustentada do crescimento e o atendimento dos compromissos externos (drive exportador) prevalece, caracterizando uma situação de estagnação produtiva e altas taxas de inflação em alguns países da região. (POCHMANN, 1999, pg. 55)

No final da década de 1980, foram adotados novos programas de ajustamento macroeconômicos nas economias capitalistas e os recursos externos voltaram a procurar os países em desenvolvimento. As principais características destes programas consistiam nos apoios: à abertura comercial, à estabilização monetária ancorada ao dólar, às privatizações de empresas estatais, à redução do papel do Estado, à desregulamentação do mercado financeiro e à flexibilização do mercado de trabalho. Através do Consenso de Washington, as políticas neoliberais adotadas pelo governo Reagan nos Estados Unidos nos anos 80 foram propagadas pelo mundo capitalista. Os liberais que suportavam o Consenso afirmavam que estas reformas liberalizantes eram as medidas mais rápidas e eficientes para se ter acesso aos recursos externos de financiamento. A explosão de capitais entrantes entre 1989 e 1991 na América Latina endossou a crença de que a única alternativa era a aceitação passiva do projeto neoliberal.

Somente entre 1989 e 1991, por exemplo, a quantidade de capitais que ingressou na América Latina foi multiplicada por oito vezes, fazendo crer que a única alternativa econômica estaria associada à aceitação passiva do projeto neoliberal. (POCHMANN, 1999, pg. 56)

Portanto, os países latino-americanos voltaram a se tornar atrativos ao capital externo. Porém, esses recursos internos não estavam interessados em ampliar a capacidade produtiva latino-americana. Foram direcionados ao mercado financeiro através das privatizações das empresas estatais, da aquisição de ações de empresas nacionais e na valorização financeira por diferenciais de taxas de juros. Isso tornou as economias latino-americanas ainda mais dependentes e subordinadas ao mercado financeiro internacional.

Os programas de ajustes macroeconômicos na América Latina vieram acompanhados de um cenário internacional de mudanças com relação à abertura comercial e financeira, à diminuição do papel do Estado e às privatizações.

A sucessão de programas de estabilização monetária e de ajustes estruturais adotados nos países latino-americanos nos anos 90 foi acompanhada de um movimento geral em torno da abertura financeira, econômica e comercial, da privatização das empresas estatais, da reformulação do papel do Estado e do estímulo às exportações (SUNKEL, 1993; MIRANDA, 1994 apud POCHMANN, 1999, pg. 57)

Pochmann (1999) afirma que os governantes adotaram o projeto neoliberal com a esperança de retomar o crescimento econômico e gerar mais empregos regulares. Embora as economias latino-americanas apresentassem crescimento, ainda não era possível ver um avanço expressivo na questão do emprego porque nos momentos de recessão os investimentos se reduziam e nos momentos de crescimento o produto se expandia mais do que os empregos regulares. Isso manteve as taxas de investimentos (formação bruta de capital fixo sobre o PIB) em baixos patamares. Conseqüentemente, a dificuldade de manter-se um padrão de competitividade do setor produtivo no comércio internacional mostra-se evidente. Além disso, os investimentos estão concentrados no setor privado, voltados à inovação tecnológica e à racionalização dos custos de produção e do trabalho. Sem a grande presença dos investimentos realizados pelo Estado, não é possível alavancar um crescimento sustentado.

Diante do longo período de estagnação da renda per capita, da queda da participação relativa do produto industrial no PIB, das baixas taxas de investimento e da expansão nas importações, principalmente dos bens de consumo, apoiada no endividamento externo, pode-se constatar o aprofundamento tanto das formas tradicionais de exclusão social (subemprego,

baixos rendimentos e informalidade) quanto das novas formas (desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização das condições e relações de trabalho).

A desigualdade nos rendimentos e o avanço do processo de desestruturação das cadeias produtivas em grande parte dos países da região excluem da dinâmica interna a capacidade de sustentação do novo projeto de desenvolvimento. Em certo sentido, o movimento de especialização e de modernização dos países periféricos semeia maior heterogeneidade no sistema produtivo, com maior internacionalização das economias e crescente dependência externa.

Ao mesmo tempo em que se consolidam novas formas de exclusão social, os mecanismos de proteção social voltados para o enfrentamento das tradicionais formas de exclusão ficam comprometidos. A proliferação de programas assistenciais e de focalização de recursos fragiliza os sistemas de proteção social, mesmo para atender satisfatoriamente as formas tradicionais de exclusão social.

A limitação dos gastos públicos e a diminuição do papel do Estado na coordenação das políticas econômicas voltadas para o bem-estar social comprometem o combate ao desemprego e à exclusão social. O baixo crescimento econômico e a desregulamentação do mercado de trabalho impossibilitam a inclusão sustentada via geração de empregos de qualidade. A incapacidade das instituições (sindicatos, partidos, Estado) darem suporte aos marginalizados não revelam apenas uma simples falha do funcionamento do mercado, mas também das próprias instituições sociais. As reformas estruturais necessárias e as políticas governamentais de ataque à exclusão e à pobreza não virão com um Estado liberal. Só virão com a reorganização do setor público brasileiro e da sua correta articulação com os setores privados: nacional e estrangeiro.

CAPÍTULO 3 – A CONCENTRAÇÃO DE RENDA: MENSURAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Este capítulo expõe análises de dados disponíveis sobre a questão da pobreza e da problemática distribuição de renda no país. Ele visa analisar a evolução temporal da concentração de renda no Brasil e analisar os pobres. Seu objetivo principal é propor a política mais sensata para o combate à pobreza e à concentração de renda, atentando para as limitações.

O capítulo está estruturado em quatro partes. A primeira parte associa a pobreza e o mercado de trabalho na América Latina. O segundo item é analisa a pobreza sob a ótica da renda no Brasil. O terceiro item apresenta um estudo detalhado sobre a distribuição da renda entre 1992 e 2004 no Brasil. O quarto item traz uma abordagem diferente, porque analisa a relação entre os ricos e a desigualdade social no Brasil.

3.1 Pobreza e Emprego na América Latina

A análise aqui empreendida sobre a pobreza e o emprego na América Latina busca abordar o período 1990-2005. Para os autores da CEPAL (2003 apud CECCHINI e UTHOFF, 2008), a pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, que priva de diversas formas o acesso individual ou coletivo ao bem-estar social. E para Cecchini e Uthoff, da divisão de desenvolvimento social da CEPAL (2008, tradução nossa), a melhor maneira de as famílias latino-americanas saírem da pobreza permanentemente é a participação de seus membros no mercado de trabalho em ocupações bem remuneradas. Portanto, para reduzir a pobreza, o crescimento econômico tem que gerar empregos produtivos remunerados adequadamente.

La mejor manera —y la más digna— de que las familias latinoamericanas salgan de la pobreza y se mantengan fuera de ella es la participación de sus miembros activos en el mercado de trabajo y su ocupación en empleos bien remunerados. Por lo tanto, para reducir la pobreza el crecimiento económico tiene que traducirse en mayores ingresos familiares mediante la generación de empleos productivos adecuadamente remunerados. (CECCHINI e UTHOFF. 2008, pg. 44)

As mais recentes estimativas da CEPAL apontam que na América Latina em 2006, 37% da população (194 milhões de pessoas) encontrava-se em situação de pobreza e 13% da população (71 milhões de pessoas) podia ser considerado como extremamente pobres.

Embora ainda haja uma grande quantidade de pessoas carentes de recursos na região, a taxa de pobreza tem trajetória cadente desde 1990, quando era calculada em 48% da população. O mesmo ocorre para a taxa de indigência, a qual decresceu 9 pontos percentuais indo de 22,5% (em 1990) para 13,5%. (em 2005). Obviamente, o resultado consolidado esconde grandes particularidades, por exemplo: alguns países não conseguiram diminuir a pobreza de 1990 a 2005.

3.1.1 Mercado de trabalho latino-americano

Segundo a CEPAL (2008), o emprego é a principal fonte de rendimento familiar com cerca de 80% de participação no total. E as causas dos altos índices de pobreza são: i) Subemprego e desemprego; ii) Limitada participação de mulheres no mercado de trabalho; iii) Baixos níveis de capital humano; iv) Pouca produtividade de muitas ocupações.

A deterioração e a qualidade dos postos de trabalho na América Latina debilitaram a relação entre crescimento do PIB e a diminuição da pobreza. A criação de emprego e o aumento da produtividade laboral, principalmente entre os pobres, são fundamentais para resultar do crescimento econômico, a redução de pobreza e melhores salários para os pobres. (CEPAL, 2007 apud CECCHINI e UTHOFF, 2008).

O crescimento econômico dos últimos anos repercutiu favoravelmente nos mercados de trabalho latino-americanos. Mesmo com o acréscimo do número de ocupados, desde 2003, a taxa de desemprego regional tendeu a diminuir, alcançando o nível de 8% em 2007. Além disso, os salários reais do setor formal aumentaram. (CEPAL, 2007b; OIT, 2007 apud CECCHINI e UTHOFF, 2008).

O setor informal continua muito relevante representando 48,5% do total de ocupados urbanos em 2005, segundo a OIT (2006 apud CECCHINI e UTHOFF, 2008) e a cobertura de saúde e pensões dos trabalhadores da região é muito baixa. Também ainda são observados baixas taxas de participação de mulheres no mercado de trabalho, assim como altos níveis de desigualdade de salários em relação aos homens, mesmo que tenham mesma escolaridade e experiência em todos os países da região.

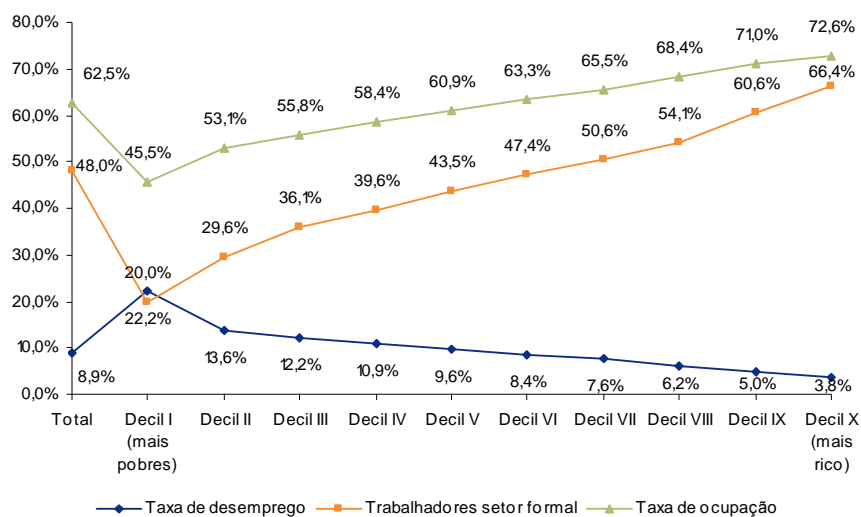
3.1.2 Reprodução da pobreza de geração em geração

Conforme os autores da CEPAL (2008) há dois fatores principais na reprodução e perpetuação da pobreza: i) Baixos salários da população pobre em função da escassa acumulação de capital humano e baixa produtividade; ii) Elevada taxa de dependência familiar ou repartição da renda entre maior número de pessoas.

Sendo assim, os pobres além de receberem menos, têm que utilizar sua renda para a sobrevivência de um número superior de dependentes. “Esto significa que los pobres no solo perciben menores ingresos laborales, sino que deben utilizar esos ingresos para la supervivencia de un mayor número de personas que son dependientes”. (CECCHINI e UTHOFF. 2008, pg. 46)

Conforme os autores da CEPAL (2008, tradução nossa), o primeiro fator se deve as limitadas oportunidades educacionais e das decisões das famílias entre manter ou não seus filhos estudando. Com as deficiências nas formações acadêmicas, sobram aos pobres adultos os empregos precários, enquanto aos seus herdeiros sobram as poucas oportunidades de educação com qualidade.

Gráfico 1 – América Latina (18 países, média simples): Taxa de desemprego, Taxa de ocupação e % de trabalhadores no setor formal, por decis de renda, em 2005 (a) (b)



Notas:

a) Os dados de Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai são referentes a população urbana.

b) A taxa de ocupação se refere ao número de ocupados dividido pela população com idade para trabalhar.

Fonte:

CEPAL, 2008.

Segundo os autores da CEPAL (2008), as famílias pobres têm mais membros que as famílias ricas, sendo estes membros crianças em sua maioria, gerando maiores taxas de dependência. Mesmo com a trajetória cadente da taxa de dependência em todos os países latino-americanos, esta taxa ainda se mantém elevada nos estratos mais vulneráveis da sociedade (20% mais pobres).

Segundo Sunkel (2006 apud CECCHINI e UTHOFF. 2008), atualmente, na América Latina, o tamanho médio das famílias urbanas, que pertencem ao quintil mais pobre da distribuição de renda, é delimitada entre 4,2 membros (República Dominicana) e 6,2 membros (Guatemala). Já o tamanho médio das famílias pertencentes ao quintil mais rico varia entre 2,1 membros (Uruguai) e 4 membros (Nicarágua).

3.1.3 Efeitos do ciclo econômico

Os autores da CEPAL (2008) afirmam que ao longo de um ciclo econômico, os salários médios são determinados em grande parte pela produtividade da força de trabalho. Portanto, os salários são cíclicos devido à sua sensibilidade em relação aos ciclos econômicos. Eles variam conforme os mecanismos de ajustes específicos, que podem ser via quantidade (emprego e desemprego) ou via preços (elevação e diminuição de salários). Outros fatores influentes na variação dos salários são: o grau de proteção e o poder de negociação dos trabalhadores (níveis de sindicalização, negociação coletiva, etc).

As rendas por meio de transferências tais como remessas, aluguéis e transferências públicas sociais não são necessariamente cíclicas. Os autores da CEPAL (2008, tradução nossa) defendem que as transferências públicas sociais deveriam ser contra cíclicas de forma que aumentassem durante os períodos de crise econômica.

3.1.4 Efeitos sobre a redução da pobreza por meio das mudanças na taxa global de ocupação e nas rendas laborais e não laborais

Este subitem mostra os efeitos decorrentes na melhoria da distribuição de renda latino-americana.

3.1.4.1 Importância relativa de fatores nos lares pobres

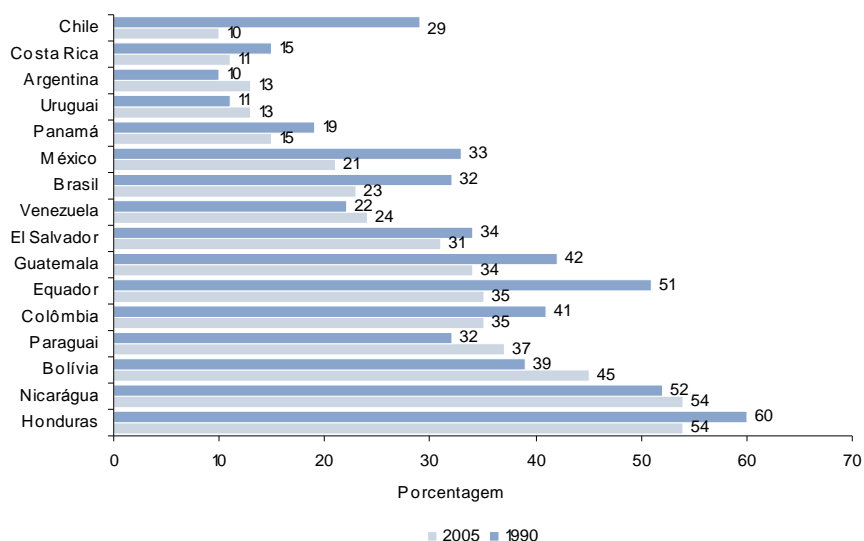
De acordo com os autores da CEPAL (2008), durante o período estudado (1990-2005), não são constatadas, na América Latina, significativas elevações nas rendas laborais médias das famílias mais pobres, exceto em alguns países. Somente cinco dos 16 países analisados alcançaram importantes reduções da pobreza ao longo deste período. O Chile, o Brasil e o Equador (áreas urbanas) foram beneficiados por aumento nas rendas laborais médias. Já no México e no Panamá houve aumento significativo da proporção da população ocupada, com aumento da participação feminina no mercado de trabalho em ambas. O desemprego no Panamá também teve forte queda. Os países com leve redução da pobreza são: El Salvador, Costa Rica, Colômbia, Guatemala, Nicarágua e Honduras. O grupo sem progressos é constituído por: Venezuela, Bolívia, Argentina e Uruguai. O grupo com aumento na pobreza é formado somente pelo Paraguai.

Os autores da CEPAL (2008) defendem a idéia de que quanto mais desigual a distribuição da renda domiciliar per capita no país for, maior será o efeito redutor da pobreza de um aumento da renda da população ocupada ou de transferências do Estado.

De partida, mientras menos desigual sea la distribución del ingreso per cápita de las familias — (...) — mayor será la reducción de la pobreza ante aumentos de los ingresos por ocupado o ante transferencias del Estado. (CECCHINI e UTHOFF. 2008, pg. 45)

3.1.4.2 O fenômeno dos trabalhadores pobres

Os autores da CEPAL (2008) demonstram no gráfico 2 que nos países onde as rendas laborais das famílias mais pobres aumentaram significativamente (Chile, Brasil e Equador urbano) no período analisado (1990-2005), diminuíram as porcentagens de ocupados que vivem abaixo da pobreza. Do contrário, nos lugares onde houve decréscimo da renda laboral das famílias mais pobres (Argentina urbana, Bolívia, Paraguai, Venezuela e Uruguai), as porcentagens de ocupados abaixo da linha da pobreza aumentaram. Portanto, é essencial melhorar as condições de trabalho dos menos favorecidos com melhores salários, com contratos mais estáveis, com mais de segurança no trabalho, com seguros de acidentes e de saúde.

Gráfico 2 – América Latina (16 países): porcentagem de ocupados pobres (a), 1990-2005 (b)

Notas:

a) Referem-se a porcentagem de ocupados que residem em lares com renda inferior a linha de pobreza.

b) Anos adjacentes a 1990 e a 2005.

c) Grande Buenos Aires

d) Total nacional

e) Área metropolitana de Assunção

Fonte:

CEPAL, 2008.

Para continuar reduzindo a pobreza na América Latina, os autores da CEPAL (2008, tradução nossa) apontam a necessidade de políticas públicas ativas, de forma a melhorar a produtividade das ocupações dos membros das famílias mais pobres. Caso isto não ocorra, os gastos sociais teriam que ser focalizados nas demandas dos grupos mais necessitados. Complementarmente, devem ser adotadas políticas abrangentes (com grande alcance) de capacitação profissional e recolocação no mercado de trabalho para a população de baixa produtividade. Além disso, todas as políticas devem ser pensadas tendo em vista um contexto internacional muito competitivo, com o envelhecimento da população, a baixa taxa de natalidade e o tamanho e o papel do Estado.

3.2 Pobreza e distribuição de renda no Brasil

Este item analisa a desigualdade distributiva sob a ótica da pobreza no Brasil no período entre os anos de 1992 e 2004. Nesta análise foram utilizados critérios relacionados ao bem-estar social (carência de equipamentos básicos domiciliares), além das medidas tradicionais de pobreza (linha da pobreza). Através dos microdados da PNAD (Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios), a população foi dividida em quatro grupos: i) Não-pobres, ii) Pobres I, iii) Pobres II e iv) Extrema pobreza.

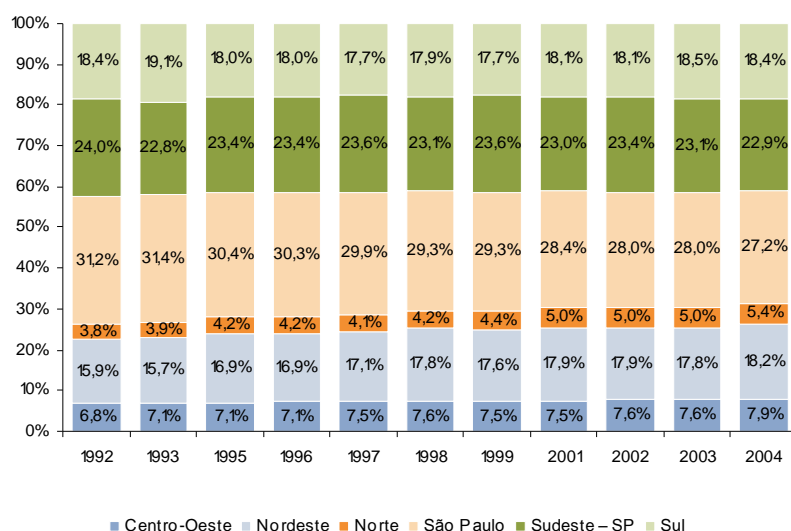
A linha de pobreza adotada foi aquela estabelecida por Hoffmann, cujo valor é de R\$ 150,00. Naquela época (maio de 2005), este valor correspondia a meio salário mínimo. Os rendimentos coletados pelas PNADs são referentes ao mês de setembro de cada ano. Portanto, estes foram atualizados para os valores monetários de abril/maio de 2005 através do índice de inflação INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Restrito) revisto e sugerido pelo IPEA.

Os equipamentos básicos domiciliares escolhidos foram: i) água canalizada (em pelo menos um cômodo), ii) sanitário e iii) luz elétrica. Estes equipamentos foram escolhidos porque na decisão familiar de consumi-los, há significativa independência de suas rendas domiciliares e significativa dependência de investimentos e provisões públicos.

O grupo **Não-pobre** compreende as pessoas com renda domiciliar per capita acima da linha de pobreza e cujos domicílios possuam no mínimo dois equipamentos básicos. **Pobres I** é o grupo que engloba pessoas com renda abaixo da linha da pobreza e com acesso domiciliar a pelo menos um dos equipamentos básicos. No grupo **Pobres II**, as pessoas possuem renda acima da linha da pobreza e seus domicílios apresentam pelo menos dois equipamentos básicos. São classificados no grupo da **Extrema pobreza** aqueles com renda abaixo da linha de pobreza e que não tem acesso a nenhum dos equipamentos básicos.

3.2.1 Resultados preliminares

Entre 1992 e 2004, a população brasileira analisada por este estudo cresceu a uma taxa de 1,92% a.a., passando de 139,7 milhões para 173,5 milhões de pessoas. As regiões que mais cresceram em termos percentuais foram o Norte e o Centro-Oeste, 4,36% a.a. e 2,42% a.a., respectivamente. Entretanto, o número de pessoas nestas regiões continuam sendo as menos representativas dentro do total. Entre 1992 e 2004, a região Centro-Oeste que representava 6,8% da população estudada passou a representar 7,3%. Já, a região Norte, passou de 4,6% para 6,2% do total da população estudada.

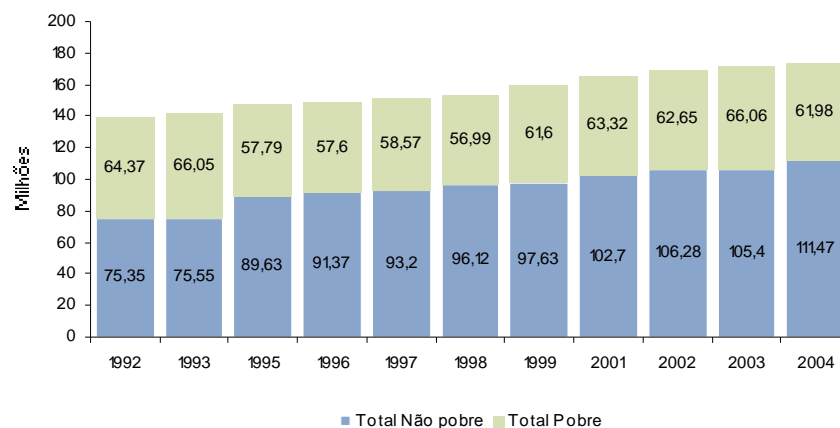
Gráfico 3 – Distribuição regional da população, 1992 a 2004 (em %)

Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

Segundo Hoffmann (2006), a população cresceu em função do crescimento populacional das áreas urbanas, especialmente nas áreas não-metropolitanas. Na contramão, as áreas rurais apresentaram taxas de crescimento médias anuais negativas. No entanto, a pobreza no Brasil não está distribuída da mesma forma que a população, não importando se a população está classificada regionalmente ou em zonas (urbanas e rurais).

De acordo com Hoffmann, em 1992 havia 64 milhões de pobres no Brasil, diminuindo para 62 milhões em 2004, indicando tendência redutiva de longo prazo. Contudo, o número total de pobres não se manteve estável ao longo dos anos porque foi decrescente de 1992 até 1998, foi crescente entre 1998 e 2003 e caiu novamente em 2004.

Gráfico 4 – Divisão da população entre pobres e pobres, 1992 a 2004, em milhões de pessoas (linha de pobreza de 0,5 S.M.)



Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

Ainda segundo o mesmo autor (Hoffman, 2006), as tendências evolutivas dos grupos pobres foram muito diferentes entre si. O grupo que mais decresceu foi o Extrema pobreza com uma taxa média de -10,5% a.a., enquanto os Pobres II decresceram -5,11% e, na contramão, os Pobres I cresceram 1,60% a.a.

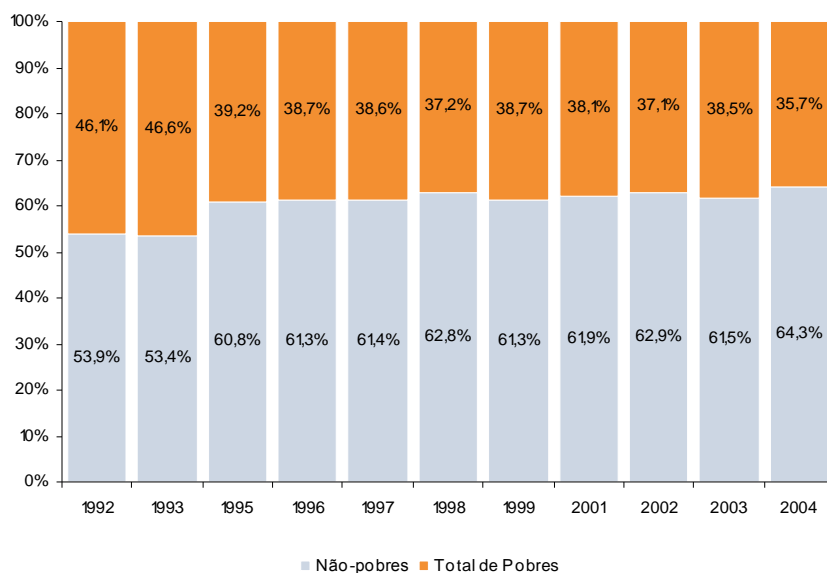
Tabela 1 – Número de pessoas por estrato social, Brasil, 1992 a 2004, em milhões de pessoas (linha de pobreza de 0,5 S.M.)

Ano	Total Não-pobre	Pobres I	Pobres II	Extrema Pobreza	Total de Pobres	Total
1992	75,35	51,14	3,2	10,03	64,37	139,72
1993	75,55	53,67	2,87	9,51	66,05	141,6
1995	89,63	46,46	3,25	8,08	57,79	147,42
1996	91,37	48,27	2,56	6,77	57,6	148,97
1997	93,2	49,45	2,34	6,78	58,57	151,77
1998	96,12	48,84	2,35	5,8	56,99	153,11
1999	97,63	54,12	2,09	5,39	61,6	159,23
2001	102,7	57,01	2,18	4,13	63,32	166,02
2002	106,28	57,19	1,96	3,5	62,65	168,93
2003	105,4	61,07	1,76	3,23	66,06	171,46
2004	111,47	57,68	1,69	2,61	61,98	173,45
Taxa média de crescimento	3,15%	1,60%	-5,11%	-10,50%	-0,19%	1,82%

Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

De acordo com Hoffmann (2006), na década que compreende 1992 e 2002, a proporção de pobres foi cadente, passando de 46,1% em 1992 para 37,1% em 2002. Posteriormente, houve ligeiro aumento em 2003 (ano desfavorável para a distribuição de renda no Brasil) e uma recaída em 2004, atingindo uma taxa de 35,7%.

Gráfico 5 – Proporção de pobres e não pobres, Brasil, 1992 a 2004 (linha de pobreza de 0,5 S.M.)

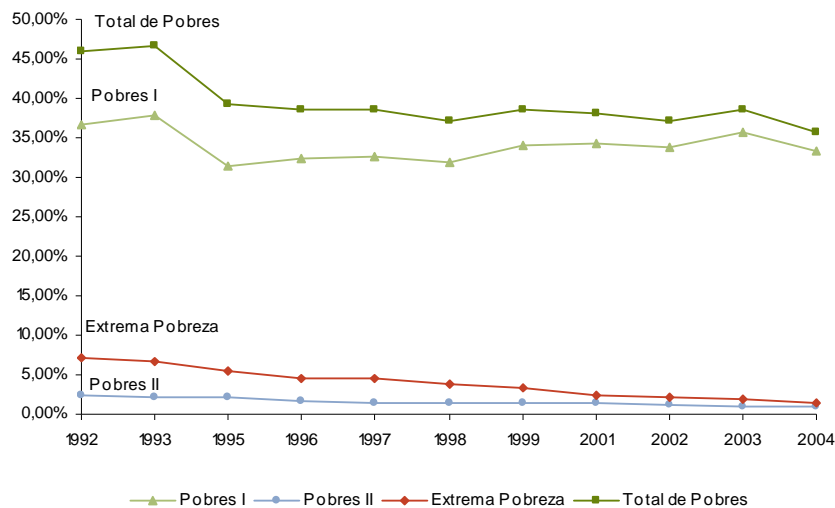


Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

Conforme Hoffmann (2006), os agrupamentos Pobre II e Extrema pobreza foram os que sofreram maiores quedas nestas proporções (em variação percentual) ao longo do período estudado.

Segundo Hoffmann (2006), foram classificados os grupos Pobres II e Extrema pobreza, analisando-se, além da renda, a presença ou carência nos domicílios de: i) água encanada, sanitário e luz elétrica. Já, para os Pobres I, a restrição é apenas estar abaixo da linha de pobreza. Portanto, pode-se concluir que no período estudado as condições de infraestrutura foram melhorando e, conseqüentemente, isto favoreceu a redução da pobreza. Outra conclusão é que a pobreza relacionada apenas com a renda sofreu variações cíclicas, sem uma clara tendência de melhoria, exceto pela apresentada na Região Sul.

Gráfico 6 – Proporção de pessoas por estrato social, Brasil, 1992 a 2004 (linha de pobreza de 0,5 S.M.)



Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

Hoffmann (2006) reforça neste trecho que o grupo Pobres I tem uma forte relação proporcional inversa com o PIB per capita, afirmando que um período de crescimento econômico vem acompanhado de uma redução na pobreza do tipo I.

Comparando a evolução da proporção de pobres do tipo I com a evolução do PIB per capita no período (Figura 3), pode-se perceber que a proporção de pobres tipo I segue mais ou menos de perto, obviamente em sentido inverso, a evolução do PIB per capita. O crescimento firme do PIB per capita até 1997 é acompanhado pela redução da pobreza tipo I; entre 1997 e 2004 os comportamentos são sempre opostos entre si: nos momentos de queda conjuntural da economia a proporção de pobres aumenta; quando a economia cresce, a pobreza, sobretudo a que foi chamada de tipo I, se reduz. (HOFFMANN, 2006, pg. 100)

Por outro lado, de acordo com Hoffmann (2006), os demais grupos de pobreza (Pobres II e Extrema Pobreza) são mais dependentes dos efeitos de longo prazo ocasionados pelo investimento em infra-estrutura e pelo desenvolvimento regional.

Os outros tipos de pobreza (especialmente a extrema pobreza) parecem depender bem menos dos ciclos econômicos, pois são sempre decrescentes no período, provavelmente porque estão mais relacionados com efeitos de longo prazo do desenvolvimento regional e dos investimentos em infra-estrutura. (HOFFMANN, 2006, pg. 100)

Baseado na tabela 2, Hoffmann (2006) destaca as regiões Norte e Nordeste (principalmente) por apresentarem aumentos de participação em todos os níveis de pobreza.

No Nordeste, ao longo do período estudado, os Pobres I passaram de 38,7% (1992) para 47,0% (2004), os Pobres II passaram de 53,2% (1992) para 70,2% (2004) e os Extremamente pobres passaram de 75,4% (1992) para 85,0% (2004). Enquanto na Região Norte, os Pobres I passaram de 6,1% (1992) para 7,8% (2004), os Pobres II passaram de 6,3% (1992) para 8,5% (2004) e os Extremamente pobres passaram de 3,8% (1992) para 5,0% (2004). A região que obteve destaque positivo foi a Sul porque foi a que apresentou maior decréscimo relativo no número de pobres de todos os tipos, de modo que em 2003 praticamente extinguiu a extrema pobreza, assim como São Paulo.

Tabela 2 – Proporção regional de pessoas por estrato social, Brasil, 1992 a 2004 (linha de pobreza de 0,5 S.M.)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Não pobres											
Centro-Oeste	6,83%	7,10%	7,10%	7,18%	7,50%	7,66%	7,51%	7,61%	7,70%	7,73%	8,02%
Nordeste	14,32%	14,07%	15,38%	15,41%	15,61%	16,35%	16,08%	16,52%	16,49%	16,36%	16,86%
Norte	3,69%	3,81%	4,23%	4,17%	4,12%	4,20%	4,41%	4,98%	4,91%	4,92%	5,38%
São Paulo	32,18%	32,37%	31,22%	31,21%	30,76%	30,13%	30,01%	29,11%	28,63%	28,69%	27,84%
Sudeste – SP	24,31%	23,11%	23,67%	23,71%	23,94%	23,38%	23,91%	23,36%	23,78%	23,42%	23,19%
Sul	18,68%	19,53%	18,40%	18,32%	18,07%	18,29%	18,08%	18,42%	18,49%	18,88%	18,71%
Brasil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pobre I											
Centro-Oeste	7,00%	6,44%	6,64%	6,90%	6,28%	6,30%	6,62%	6,61%	6,43%	6,55%	6,07%
Nordeste	38,74%	39,35%	44,27%	44,97%	45,26%	45,33%	44,47%	44,90%	46,04%	45,14%	46,96%
Norte	6,06%	6,12%	6,24%	6,35%	6,67%	6,97%	6,93%	7,46%	7,90%	7,92%	7,81%
São Paulo	13,45%	13,56%	10,19%	10,11%	10,23%	10,11%	11,30%	11,74%	12,08%	12,71%	12,71%
Sudeste – SP	21,25%	22,17%	20,04%	19,36%	18,95%	19,25%	18,45%	18,55%	17,50%	17,96%	17,27%
Sul	13,51%	12,36%	12,61%	12,30%	12,60%	12,05%	12,23%	10,74%	10,05%	9,73%	9,18%
Brasil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pobre II											
Centro-Oeste	9,42%	11,59%	8,74%	7,64%	8,85%	7,04%	7,25%	6,81%	7,44%	4,97%	6,66%
Nordeste	53,24%	53,48%	63,04%	65,24%	65,62%	67,68%	71,23%	70,19%	72,10%	74,51%	70,22%
Norte	6,28%	7,66%	5,28%	5,29%	4,80%	4,84%	4,35%	7,57%	8,08%	7,50%	8,52%
São Paulo	3,89%	2,61%	3,08%	1,50%	1,37%	1,81%	2,22%	1,09%	1,04%	1,47%	0,72%
Sudeste – SP	14,62%	13,14%	13,06%	12,22%	13,03%	12,42%	11,28%	9,99%	7,57%	6,72%	9,81%
Sul	12,55%	11,52%	6,81%	8,12%	6,34%	6,21%	3,66%	4,36%	3,78%	4,82%	4,07%
Brasil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Extrema pobreza											
Centro-Oeste	4,40%	4,06%	4,58%	3,68%	4,28%	3,66%	3,57%	2,81%	1,82%	2,71%	2,61%
Nordeste	75,38%	77,44%	78,06%	80,44%	80,35%	82,85%	83,65%	83,10%	85,42%	85,36%	84,99%
Norte	3,78%	2,55%	2,46%	2,77%	3,09%	2,64%	2,85%	4,05%	4,45%	4,55%	4,97%
São Paulo	0,24%	0,82%	0,35%	0,49%	0,31%	0,00%	0,06%	0,58%	0,12%	0,05%	0,07%
Sudeste – SP	11,50%	11,34%	11,24%	9,58%	9,50%	8,65%	8,21%	5,80%	6,36%	6,16%	5,64%
Sul	4,70%	3,80%	3,32%	3,03%	2,48%	2,21%	1,66%	3,66%	1,84%	1,16%	1,73%
Brasil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

3.2.2 Análise da renda média

Segundo Hoffmann (2006), em 1992, a renda domiciliar per capita média brasileira era de R\$ 328,92 e aumentou para R\$ 440,50, em 1998. A partir de então, declinou até atingir R\$ 398,35 em 2003. E embora tenha voltado a crescer em 2004, a renda domiciliar per capita

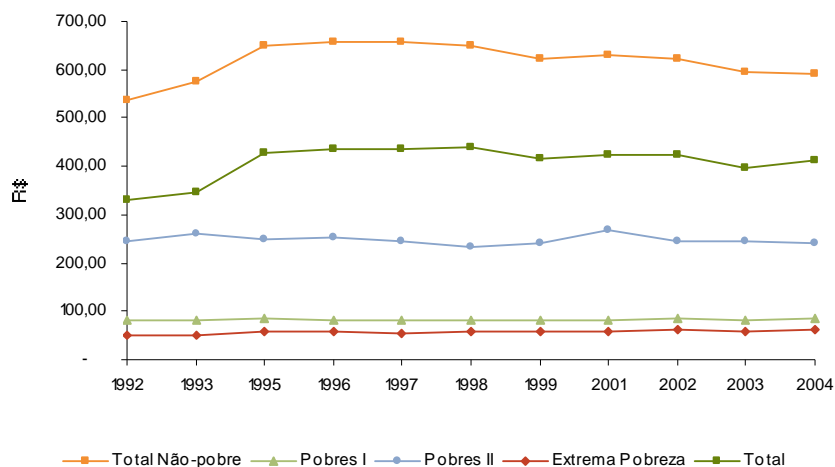
da população brasileira não conseguiu superar os valores compreendidos no período entre 1995 e 2002. A evolução deste indicador foi determinada de 1992 a 2003 pelo movimento da renda dos Não-pobres, visto que as rendas dos três grupos dos pobres se mantiveram estáveis, salvo pequenas oscilações.

Tabela 3 – Renda domiciliar per capita média (em R\$ de abril/maio de 2005) por estrato social, Brasil, 1992 a 2004 (linha de pobreza de 0,5 S.M.)

Ano	Não pobre	Pobre I	Pobre II	Extrema pobreza	Total
1992	537,59	81,12	244,93	51,57	328,92
1993	574,43	81,63	262,23	51,14	346,17
1995	647,73	84,49	248,83	58,82	429,14
1996	656,90	82,35	254,21	57,42	436,57
1997	655,50	83,21	243,97	55,05	435,85
1998	650,27	83,07	234,60	57,39	440,50
1999	623,02	83,45	241,49	60,11	415,55
2001	629,11	82,31	266,44	58,13	422,31
2002	620,55	83,99	244,72	62,34	422,97
2003	593,86	83,49	244,94	57,77	398,35
2004	590,91	86,29	242,67	61,87	411,74
Taxa média de crescimento anual	0,79%	0,52%	-0,08%	1,53%	1,89%
Tendência 1995-2004	↑	↑	↓	↑	↑

Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

Gráfico 7 – Evolução da renda média, Brasil, 1992-2004 (em R\$ de abril/maio de 2005).



Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

De acordo com Hoffmann (2006), em 2004, a renda domiciliar média do grupo Pobres I equivalia a 28,8% do salário mínimo de 2005, ao passo que a da Extrema pobreza somente a 20,6%. Portanto, nota-se rapidamente que ambos os grupos estão bem abaixo da linha da pobreza que foi estabelecida em 50% do salário mínimo. Além disto, outra evidencia é a diferença para a renda dos Pobres II, que, em 2004, é quase três vezes a renda média dos Pobres I e quase quatro vezes a renda média dos Extremamente pobres. Quando se analisa regionalmente, o Nordeste apresenta a mesma estabilidade da renda média que os níveis de pobreza nacionais, já que concentra a grande parte da população classificada como pobre. Em todas as regiões, exceto a de São Paulo, a renda do grupo da Extrema pobreza cresceu pouco e apresentou homogeneidade.

3.2.2 Análise do Crescimento

Através da tabela 4, Hoffmann (2006) analisa a distribuição de renda no período estudado no Brasil como um todo, nas áreas rurais brasileiras e nas áreas metropolitanas brasileiras. Para isso, foram utilizadas duas medidas de tendência central (média e mediana) e duas medidas de desigualdade (índice de Gini e T de Theil) para as três óticas brasileiras.

Segundo Hoffmann (2006), no período 1995-2004, a renda média do país caiu 4,1%, enquanto nas áreas urbanas a renda caiu ainda mais -9,1%, ao passo que o Brasil rural apresentou variação da renda média positiva em 12,6%. Neste mesmo período, a desigualdade caiu pouco e vagarosamente no Brasil, mas foi menor ainda no Brasil urbano, ao passo que houve uma maior queda no Brasil rural. Portanto, o Brasil rural apresentou a melhor evolução distributiva da renda neste período estudado.

Tabela 4 – Medidas de tendência central (média e mediana, em reais de abril/maio de 2005) e medidas de desigualdade (Índice de Gini e T de Theil) da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil, de 1993 a 2004, distinguindo áreas urbanas (incluindo as metropolitanas) e áreas rurais não metropolitanas (*)

Indicador	Área	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Índice de Gini	Brasil	0,580	0,602	0,599	0,600	0,600	0,598	0,592	0,594	0,587	0,581	0,569
	Brasil urbano	0,560	0,584	0,579	0,580	0,580	0,579	0,575	0,581	0,576	0,570	0,559
	Brasil rural	0,546	0,580	0,540	0,549	0,547	0,542	0,539	0,541	0,510	0,533	0,513
T de Theil	Brasil	0,689	0,765	0,727	0,726	0,731	0,728	0,706	0,720	0,705	0,680	0,656
	Brasil urbano	0,638	0,717	0,672	0,671	0,676	0,676	0,658	0,683	0,672	0,650	0,630
	Brasil rural	0,619	0,729	0,621	0,631	0,633	0,625	0,632	0,629	0,536	0,610	0,544
Renda Média	Brasil	R\$ 329	R\$ 346	R\$ 429	R\$ 437	R\$ 436	R\$ 441	R\$ 416	R\$ 422	R\$ 423	R\$ 398	R\$ 412
	Brasil urbano	R\$ 378	R\$ 395	R\$ 495	R\$ 502	R\$ 501	R\$ 506	R\$ 474	R\$ 467	R\$ 468	R\$ 437	R\$ 450
	Brasil rural	R\$ 139	R\$ 154	R\$ 164	R\$ 166	R\$ 165	R\$ 171	R\$ 172	R\$ 169	R\$ 167	R\$ 177	R\$ 185
Renda Mediana	Brasil	R\$ 176	R\$ 171	R\$ 210	R\$ 214	R\$ 215	R\$ 221	R\$ 212	R\$ 213	R\$ 217	R\$ 210	R\$ 223
	Brasil urbano	R\$ 210	R\$ 204	R\$ 255	R\$ 261	R\$ 259	R\$ 260	R\$ 244	R\$ 248	R\$ 254	R\$ 235	R\$ 251
	Brasil rural	R\$ 82	R\$ 81	R\$ 99	R\$ 96	R\$ 95	R\$ 101	R\$ 102	R\$ 99	R\$ 103	R\$ 106	R\$ 115

Nota: (*) Esta tabela exclui apenas os domicílios sem declaração de rendimentos. As tabelas das seções anteriores excluíam, além desses, os domicílios sem declaração de água, sanitário ou luz elétrica. Isso explica as pequenas diferenças observadas nas rendas médias entre esta seção e as anteriores.

Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

3.3 Queda da desigualdade

O estudo de Hoffmann (2007) foi realizado baseado nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e analisa a queda da desigualdade de distribuição da renda no Brasil entre os anos de 1995 e 2005. Ao longo de todo o período estudado, os rendimentos da população economicamente ativa se tornaram menos desiguais, porém o rendimento domiciliar per capita só decresce com mais intensidade a partir de 2001. A seguir, a distribuição de RDPC é analisada minuciosamente no período entre 2001 e 2005.

3.3.1 Redução da desigualdade

Para todos os anos foram utilizados os microdados fornecidos pelo IBGE. Até 2003, a área rural da antiga região Norte não era coberta pelo IBGE. Portanto, os dados referentes a esta área não foram considerados nos anos de 2004 e 2005 para não distorcer o estudo.

Foram estudados quatro tipos de distribuições populacionais, quais sejam:

a) Rendimento domiciliar per capita (RDPC) - refere-se ao cociente entre o rendimento domiciliar declarado (somente residências particulares permanentes) e o número de pessoas residentes, exceto pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados;

b) PEA - abrange os rendimentos positivos mensais de todas as fontes por pessoa economicamente ativa;

c) PEA total - abrange os rendimentos mensais (inclusive nulos) de todas as fontes por pessoa economicamente ativa;

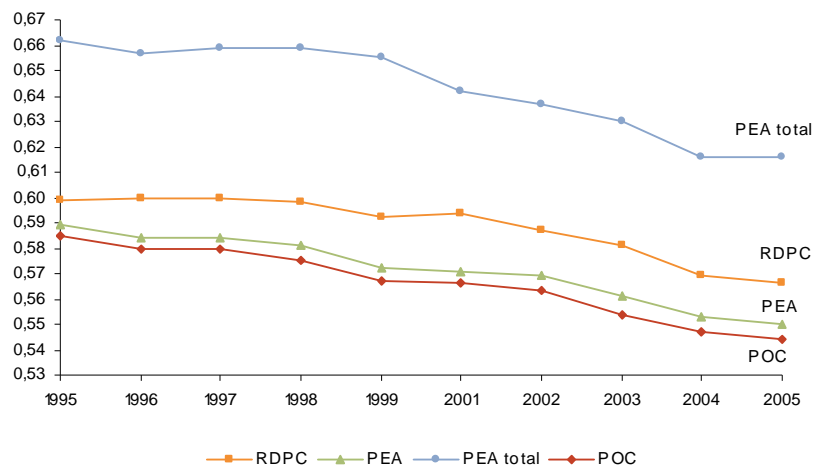
d) POC - abrange os rendimentos mensais de toda população com ocupações remuneradas.

Tabela 5 – Evolução da desigualdade da distribuição da renda no Brasil entre 1995 e 2005: índice de Gini e T de Theil para (RDPC), rendimento mensal total de pessoas economicamente ativas com rendimento positivo (PEA) ou incluindo os sem rendimento (PEA total) e rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC)

Ano	Índice de Gini para				T de Theil para			
	RDPC	PEA	PEA total	POC	RDPC	PEA	PEA total	POC
1995	0,599	0,589	0,662	0,585	0,727	0,710	0,907	0,698
1996	0,600	0,584	0,657	0,580	0,726	0,698	0,889	0,687
1997	0,600	0,584	0,659	0,580	0,731	0,703	0,902	0,690
1998	0,598	0,581	0,659	0,575	0,728	0,697	0,903	0,677
1999	0,592	0,572	0,655	0,567	0,706	0,666	0,881	0,650
2001	0,594	0,571	0,642	0,566	0,720	0,680	0,862	0,664
2002	0,587	0,569	0,637	0,563	0,705	0,670	0,843	0,655
2003	0,581	0,561	0,630	0,554	0,680	0,652	0,824	0,635
2004	0,569	0,553	0,616	0,547	0,656	0,637	0,791	0,623
2005	0,566	0,550	0,616	0,544	0,650	0,641	0,800	0,624

Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

A tabela 5 mostra a evolução do índice de Gini e do indicador T de Theil para as quatro distribuições populacionais definidas anteriormente, desde 1995 até 2005. Conforme Hoffmann (2007), entre 1995 e 2001, a queda do índice de Gini para renda domiciliar per capita é muito fraca. Entretanto, após 2001 até o final da série (2005), este índice, claramente, cai significativamente para RDPC. Nas outras três distribuições analisadas, é possível visualizar no período 1995-2005 uma tendência redutiva na desigualdade através da forte diminuição do índice de Gini.

Gráfico 8 – Evolução da desigualdade da distribuição da renda no Brasil entre 1995 e 2005

Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

O gráfico 8 apresenta a evolução do índice de Gini para as quatro distribuições. É perceptível a desaceleração no ritmo de queda da desigualdade ocorrida no ano de 2005, através da menor variação do índice de Gini.

3.3.2 Queda do índice de Gini da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005

De acordo com Hoffmann (2007), o comportamento da desigualdade da RDPC distinto do observado na PEA ou na POC é normal devido ao reflexo direto que estas últimas distribuições possuem em relação ao comportamento do mercado de trabalho. Um detalhe importante é o fato de o cálculo da RDPC ser o único a abranger os inativos (aposentados e pensionistas). Além disso, a distribuição da RDPC é influenciado pela composição das famílias (numero de crianças, numero de aposentados, numero de pessoas economicamente ativas, etc) e como seus rendimentos são compostos.

Conforme a tabela 5, o índice de Gini para os rendimentos da PEA Total, que incluem a população com rendimento nulo), é sempre superior ao índice de Gini para a PEA, população com rendimento positivo. Entretanto, ambas (PEA Total e PEA) apresentam tendência reductiva durante o período estudado, evidenciando que as variações no desemprego

não inverteram o sentido das variações na desigualdade (com exceção do período entre 1996 e 1998).

3.3.3 Mudanças na distribuição da renda domiciliar per capita entre 2001 e 2005

Segundo Hoffmann (2007), a redução de 2,8 pontos percentuais (em quatro anos) do índice de Gini da distribuição do RDPC de 0,594 (em 2001) para 0,566 (em 2005) tem intensidade anual similar ao crescimento de 8 pontos percentuais do índice de Gini dos rendimentos da PEA no Brasil, na década de 1960, que foi amplamente debatido e obteve grande destaque na literatura econômica sobre distribuição de renda.

Outros indicadores de desigualdade validam essa tendência, por exemplo, a percentagem da renda em poder dos 10% mais ricos, a percentagem da renda total recebida pelos 5% mais ricos e a percentagem da renda total apropriada pelo 1% mais rico do país em comparação com os 50% mais pobres. O primeiro indicador caiu de 47,2% (em 2001) para 45,0% (em 2005). O segundo indicador citado caiu de 33,8% (em 2001) para 32,0% (em 2005). A relação do último indicador era a seguinte em 2001: o 1% mais rico da população detinha participação na renda total superior aos 50% mais pobres (13,8% contra 12,7%). Porém, em 2005, o quadro foi invertido: a fatia na renda total do centésimo mais rico era de 12,9%, ao passo que a da metade mais pobre era de 14,2%. Em adição, o índice T de Theil diminuiu de 0,720 (em 2001) para 0,650 (em 2005).

O valor dos rendimentos médios será apresentado em reais de agosto de 2006, corrigidos pelo INPC. A tabela 6 disponibiliza uma análise dos valores médios para 6 diferentes percentis da população ao longo do período compreendido entre 2001 e 2005. Os percentis são as porções percentuais em que a população foi dividida neste estudo. Cada um dos quatro primeiros grupos estudados representa 20% da população, sendo classificados de acordo com ordem crescente dos valores de RDPC das pessoas estudadas. Portanto, o primeiro grupo representa os 20% de menor RDPC da população total, enquanto os 20% de maior RDPC da população encontram-se expostos separadamente nos últimos dois grupos, que são: “Nono décimo” e “Décimo mais rico”.

Tabela 6 – Evolução do rendimento médio de seis estratos da distribuição da renda domiciliar per capita: Brasil, 2001–2005

Estrato	Renda média em R\$ de agosto de 2006					Variação (%)	
	2001	2002	2003	2004	2005	2001—2004	2001—2005
Quinto mais pobre	51,1	55,7	52,7	59,3	64,8	16,0	26,6
Segundo quinto	128,0	131,1	126,5	137,3	147,5	7,3	15,2
Terceiro quinto	224,6	226,9	219,2	232,8	250,1	3,7	11,4
Quarto quinto	393,1	394,5	377,4	395,1	418,1	0,5	6,4
Nono décimo	707,4	704,6	668,1	688,4	719,9	-2,7	1,8
Décimo mais rico	2.057,5	2.044,2	1.891,6	1.911,9	2.031,0	-7,1	-1,3
Total	435,8	436,5	411,1	424,9	451,2	-2,5	3,5

Fonte PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

O rendimento mensal da população total permanece praticamente inalterado durante os anos de 2001 e 2002. Posteriormente, o índice cai em 2003, se recupera em 2004 e sobe 6,2% em 2005. Então, quando analisado a renda média durante o período entre 2001-2004, conclui-se que ela decresceu 2,5%, contudo quando analisada entre 2001 e 2005, observa-se a ascensão em 3,5%.

A tabela 6 também revela que, durante o período 2001-2004, houve melhora no quadro distributivo da renda, devido ao acréscimo da renda média dos três primeiros grupos e ao decréscimo na renda média dos dois grupos mais ricos.

A variação no rendimento médio é de 16,0% para os 20% mais pobres e de -7,1% para os 10% mais ricos. Assim, os pobres ficaram menos pobres e os relativamente ricos tornaram-se menos ricos no período 2001-2004. (HOFFMANN, 2007, pg. 98)

Ao analisar o período 2001-2005, novamente Hoffmann (2007) conclui que os pobres ficaram mais pobres e os grupos mais ricos tornaram-se menos ricos, baseado no crescimento da renda média geral e da renda média dos diferentes grupos. O autor repete a constatação que a taxa de crescimento da renda média dos grupos aumenta à medida que o nível de renda diminui.

Enquanto a renda média do quinto mais pobre cresce 26,6%, a renda média do décimo mais rico em 2005 é 1,3% menor do que em 2001. Para esse período, também se pode dizer que os pobres ficaram menos pobres e os relativamente ricos tornaram-se menos ricos. (HOFFMANN, 2007, pg. 98)

Cabe, também neste estudo, uma análise com as delimitações de cada grupo em valores fixos (em reais de agosto de 2006), em vez de delimitar os grupos conforme porcentagens da amostra populacional. A tabela 7 demonstra, historicamente, o total e a proporção de pessoas com RDPC (renda domiciliar per capita) igual ou inferior a R\$ 100 (de agosto de 2006) e, também, dois indicadores que mensuram a intensidade da pobreza: o índice de Sen e o índice de Foster, Greer e Thorbecke. Na mesma tabela, a análise do número e do percentual de pessoas é repetida, alterando-se o valor para R\$ 2.000 (de agosto de 2006).

Tabela 7 – Percentagem e número de pessoas com renda domiciliar per capita (RDPC) igual ou abaixo de R\$ 100 e acima de 2.000 e medidas de pobreza: Brasil, 2001–2005

Estrato e variável					
	2001	2002	2003	2004	2005
RDPC ≤ 100¹					
Pessoas (milhões)	38,10	37,60	39,79	35,15	30,76
%	23,0%	22,3%	23,2%	20,3%	17,4%
Índice de Sen ²	0,1361	0,1237	0,1328	0,1126	0,0973
Índice FGT ³	0,0612	0,0524	0,0577	0,0477	0,0414
RDPC > 2.000¹					
Pessoas (milhões)	5,07	5,21	4,61	4,72	5,45
%	3,1%	3,1%	2,7%	2,7%	3,1%

Notas:

¹ Em reais de agosto de 2006.

² Índice de pobreza de Sen, com linha de pobreza de R\$ 100.

³ Índice de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke, com linha de pobreza de R\$ 100 (em moeda de agosto de 2006)

Fonte: PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

No período 2001-2004, podem ser verificadas diminuições de número e proporção de pessoas, tanto no grupo mais pobre quanto no grupo mais rico. Portanto, de acordo com os dados da Pnad, novamente a conclusão é que a “classe intermediária” incorporou pessoas do agrupamento mais pobre e do agrupamento mais rico.

Verifica-se que o número e a proporção de pobres (RDPC ≤ 100) e também o número e a proporção de ricos (RDPC > 2.000) diminuíram de 2001 a 2004. Em comparação com 2001, em 2004 há menos pobres e menos ricos no Brasil, de acordo com os dados da Pnad. (HOFFMANN, 2007, pg. 99)

Segundo Hoffmann (2007), o crescimento de 6,2% da renda média entre os anos de 2004 e 2005 reduz a pobreza absoluta e diminui a proporção de pobres na população total a um ponto consideravelmente inferior em relação àquele visto em 2001. Os estimadores de

pobreza: (Índice de Sen e o Índice FGT) evidenciam uma queda ainda mais acentuada da pobreza do que a proporção de pobres no período entre 2001 e 2005. Mesmo que o crescimento da renda entre 2004 e 2005 tenha favorecido o crescimento dos ricos (RDPC > 2.000), a proporção deste agrupamento na população total mantém-se praticamente inalterado (por volta de 3,1%).

3.3.4 Limite entre os relativamente pobres e os relativamente ricos em 2005

Neste item a distribuição de renda no país será analisada a partir dos dados da Pnad 2005. Devido à análise ser pontual, apenas com relação ao ano de 2005, as informações da zona rural da antiga Região Norte está contida na amostra.

Hoffmann (2007) apresenta os resultados de duas maneiras para as rendas: o valor obtido na Pnad 2005 (em reais entre setembro e outubro de 2005) e o valor corrigido para reais de agosto de 2006. O valor foi corrigido através da utilização do fator do INPC do período correspondente (1,024036) e uma taxa média de correção para subdeclaração (40%), que resulta no fator 1,706727.

De acordo com Hoffmann (2007), mesmo que o índice de Gini seja maior para a distribuição do RDPC, a concentração de renda é maior na distribuição da população economicamente ativa, conforme a comparação lado a lado do percentual da renda apropriada pelo décimo mais rico, pelo vigésimo mais rico e pelo centésimo mais rico.

Através do valor corrigido da mediana, é possível observar que metade da população economicamente ativa recebia, no período-base, menos de R\$ 768 mensalmente e metade da população reside em domicílios com renda per capita de até R\$ 405.

Apenas 5% da população economicamente ativa recebiam mensalmente, em 2005, mais do que R\$ 4.779 (reais de setembro-outubro de 2005).

Tabela 8 – Estatísticas sobre a distribuição do rendimento entre pessoas economicamente ativas (PEA) com rendimento e a distribuição do rendimento domiciliar per capita, conforme dados da Pnad de 2005

Estatística	PEA com rendimento de todas as fontes positivo	Rendimento domiciliar <i>per capita</i>
Nº de pessoas (1000)	80.644	180.354
Índice de Gini	0,55	0,567
T de Theil	0,64	0,653
L de Theil	0,561	-
% da renda apropriada pelos		
40% mais pobres	11,1	9,4
50% mais pobres	16	14,2
10% mais ricos	45,3	45,1
5% mais ricos	32,5	32,1
1% mais rico	13,3	12,9
Valores observados ¹		
Média	835,3	435,9
1º quartil	300	120,8
Mediana	450	237,5
3º quartil	800	460
90º percentil	1.700,00	906
95º percentil	2.800,00	1.450,00
99º percentil	6.500,00	3.456,70
Valores corrigidos ²		
Média	1.426	744
1º quartil	512	206
Mediana	768	405
3º quartil	1.365	785
90º percentil	2.901	1.546
95º percentil	4.779	2.475
99º percentil	11.094	5.900

Notas:

¹Em reais de set.-out. de 2005.

²Valores originais divididos por 0,6, a título de correção da subdeclaração, expressos em reais de agosto de 2006.

Fonte: PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

Hoffmann (2007) delimita os ricos e os pobres através de suas elasticidade renda da desigualdade. Se um pequeno acréscimo em sua renda é capaz de gerar aumento na desigualdade, ela é considerada rica. Mas, caso um pequeno acréscimo em sua renda seja capaz de gerar diminuição da desigualdade, esta pessoa é considerada pobre.

Dada uma distribuição de renda e adotada uma medida de desigualdade sensível a modificações na renda de todos os indivíduos, uma pessoa é considerada “relativamente rica” se um pequeno acréscimo em sua renda resulta em aumento da medida de desigualdade. Por oposição, uma pessoa é considerada “relativamente pobre” se um pequeno acréscimo em sua renda resulta em diminuição da medida de desigualdade. (HOFFMANN, 2007, pg. 102)

Portanto, Hoffmann (2007) estima uma renda divisora entre os relativamente pobres e os relativamente ricos. Esta renda divisora depende da medida de desigualdade adotada. Ela tende a ser maior quando associado ao T de Theil do que aquela associada ao Índice de Gini, que por sua vez tende a ser maior que aquela associada à renda média. O valor calculado é a renda do percentil de ordem $(1+\text{Índice})/2$. A tabela 9 demonstra os resultados obtidos em valores obtidos e em valores corrigidos, considerando o T de Theil e o Índice de Gini.

Tabela 9 – O limite (λ) entre os relativamente ricos e os relativamente pobres para a distribuição do rendimento entre pessoas economicamente ativas (PEA) com rendimento e para a distribuição do rendimento domiciliar per capita (RDPC): Brasil, 2005

Distribuição	Medida de desigualdade	O limite	
		Valor original ¹	Valor corrigido ²
PEA	Índice de Gini	900,0	1.536,0
	T de Theil	1.584,0	2.703,0
RDPC	Índice de Gini	512,3	874,0
	T de Theil	837,3	1.429,0

Notas:

¹Em reais de set.-out. de 2005.

²Valores originais divididos por 0,6, a título de correção da subdeclaração, expressos em reais de agosto de 2006.

Fonte: PNAD-IBGE, elaboração Hoffmann, 2006

Hoffmann (2007) destaca o limite corrigido quando adotado o Índice de Gini como medida de desigualdade, no valor de R\$ 1.536, alegando ser o patamar apropriado para isenção de imposto de renda, dada a característica deste imposto. Sob a ótica distributiva do RDPC, o limite corrigido utilizando o Índice de Gini é de apenas R\$ 874. Portanto, pessoas com RDPC acima disso são classificadas como relativamente ricas.

3.4 Os Ricos e a desigualdade social

Neste item apresenta-se a importância do estudo dos ricos para a formulação de políticas que buscam a redução da desigualdade e a da pobreza no Brasil. Medeiros (2003)

argumenta que o grupo mais rico da sociedade possui grande influência política e seria o mais afetado pelas ações redistributivas necessárias para combater à pobreza e à desigualdade. Portanto, analisar os ricos é fundamental para dimensionar as possibilidades e as limitações de políticas eqüitativas no país. Esta análise contribui para o combate a desigualdade e a pobreza no país.

Medeiros (2003) afirma que ao contrário da abundância de estudos na literatura econômica sobre os pobres no Brasil e a manutenção histórica da desigualdade social no país, há escassez de estudos sobre os ricos no Brasil e no mundo. Estudar os ricos se torna importante por dois motivos: i) Este estrato social detém o poder, compondo as elites política e empresarial, afetando diretamente uma grande parcela da população; ii) Os ricos concentram a maior parte da riqueza do país. Uma forma de melhorar as condições de vida da população menos favorecida é a redistribuição de riquezas. E naturalmente, os seriam negativamente afetados por tais medidas.

Medeiros (2003) destaca a existência de uma clara intersecção entre a elite econômica e a elite do poder decisório. Conseqüentemente, os mais ricos além de concentrar as riquezas, formam opinião pública, direcionam a economia brasileira e encontram-se em posições privilegiadas que influenciam as decisões do Estado.

Medeiros (2003) enfatiza que a melhor alternativa para diminuir a pobreza é via redução da desigualdade, sendo descrente da erradicação da pobreza por meio de controle populacional ou apenas via crescimento econômico.

Medeiros (2003) afirma que a parcela mais rica é quem contribui para a disparidade da renda, e não a parcela mais pobre.

3.4.1 Riqueza e poder

A associação direta entre riqueza e poder já fora citada por Furtado (1981 apud MEDEIROS, 2003), evidenciando que a desigualdade distributiva pode ser classificada como um indicador de outros tipos de desigualdade: “A ‘distribuição da renda’ é um eufemismo criado pelos economistas, por trás do qual se oculta a realidade da estrutura de poder” (FURTADO, 1981, pg. 61 apud MEDEIROS, 2003, pg. 8)

Para evidenciar a intersecção das elites econômica e de poder, serão disponibilizadas duas tabelas. A tabela 10 exibirá a abertura das profissões da elite econômica, apresentando as vinte ocupações de maior rendimento no Brasil, entre 1997 e 1999, segundo a Pnad. Para o estudo, foram pesquisados os 5% dos trabalhadores com maiores rendimentos em cada ocupação, em seguida, foram selecionados apenas o maior salário de cada ocupação. Não foram consideradas as ocupações com menos de 80 casos registrados.

Tabela 10 – Ocupações com maior remuneração no percentil 95¹ - Brasil - 1997-1999

Ocupação	Renda no percentil 95
Empresários do setor hoteleiro	10.000,00
Procuradores, etc.	9.136,05
Magistrados	8.748,00
Empresários da construção civil	8.478,93
Tabeliães	8.478,93
Médicos	8.000,00
Empresários dos transportes	8.000,00
Administradores da construção civil	7.419,07
Empresários do setor de serviços (outros)	7.000,00
Administradores da indústria de transformação	7.000,00
Advogados, etc.	6.560,46
Outros administradores	6.500,00
Economistas	6.359,20
Administradores dos transportes	6.216,01
Fiscais de tributos	6.013,75
Produtores e diretores de espetáculo	5.467,05

Notas:

¹Ocupação no trabalho principal na semana de referência classificada segundo o rendimento mensal médio dos 5% mais ricos de cada ocupação. Valores de rendimentos em reais de 1999. Não contabilizadas as ocupações com menos de 80 registros nas Pnad 1997-1999

²Valores originais divididos por 0,6, a título de correção da subdeclaração, expressos em reais de agosto de 2006.

Fonte: IBGE - Pnad 1997-1999, microdados, elaboração Medeiros. 2003

Conforme Medeiros (2003), grande parte das ocupações compõem posições privilegiadas para influenciar no processo legislativo e judiciário, na administração da máquina pública, na decisão de investir na contratação de mão-de-obra e na formação de opinião pública.

A tabela 11 será composta pelo detalhamento das profissões da elite política, exibindo as profissões declaradas pelos Deputados Federais brasileiros em 2003 (52^a legislatura).

Tabela 11 – Profissões dos Deputados Federais - Brasil - 2003

Profissão	Deputados	% Declarados
Advogados e profissionais da Justiça	108	23%
Médicos e dentistas	63	13%
Empresários e comerciantes	53	11%
Professores de todos os níveis	51	11%
Engenheiros	44	9%
Agropecuáristas	26	5%
Economistas e administradores	25	5%
Comunicadores, jornalistas e radialistas	11	2%
Padres, pastores, etc.	11	2%
Técnicos e operários	10	2%
Bancários	5	1%
Militares	4	1%
Outros	68	14%
Declarados	479	100%
Não Declarados	34	-
Total	513	100%

Fonte:

Câmara dos Deputados Federais. Deputados da 52ª legislatura em exercício, profissões agregadas em função do primeiro título profissional declarado.

Medeiros (2003) observa-se que muitas profissões declaradas pelos deputados (tabela 11) são também aquelas classificadas entre as 20 de maior rendimento (tabela 10). Isto gera fortes indícios de que grande parte da elite política pertence à elite econômica também. Como consequência da participação dos ricos nas duas elites, este grupo tem poder não somente para gerenciar sua própria riqueza de acordo com seus interesses, mas também para gerenciar riquezas de terceiros, inclusive fundos públicos.

3.4.2 Riqueza e pobreza (Formas de combate)

A seguir Medeiros (2003) analisa três das mais famosas abordagens de combate à pobreza fazendo simulações para avaliar a viabilidade de cada uma.

3.4.2.1 Controle da população e pobreza

Medeiros (2003) afirma que a teoria de combate à pobreza via controle populacional perdeu força no debate nos últimos anos por ser questionável a premissa do impacto do

controle censitário no desenvolvimento de longo prazo em toda e qualquer sociedade. Além disso, essas teorias eram sustentadas pelos neomalthusianos, e o “excesso de população” era mais interpretado como um incômodo da sociedade em relação à qualidade de vida do que propriamente uma avaliação sobre a sociedade. (MARTINUSSEN, 1997; FUREDI, 1997; BOSERUP, 1990. apud MEDEIROS, 2003).

É questionável se o ônus de forçar a taxa de fecundidade brasileira para baixo seria compensado por diminuições nos níveis de pobreza. As taxas de fecundidade, que foram altas até a década de 1960, sofreram uma forte redução nas décadas seguintes e atualmente já se encontram em patamares relativamente baixos, cerca de 2,2 filhos por mulher, o que as coloca entre as menores da América Latina. (HAUB, 2002. apud MEDEIROS, 2003, pg. 11)

Haub (2002) lembra que níveis 20% inferiores aos daquele período analisado já seriam insuficientes para compensar a mortalidade e já eram considerados excessivamente baixos pelos governos de alguns países da Europa.

Barros e Camargo (1994 apud MEDEIROS, 2003) argumentam que a relação entre a taxa de dependência familiar e a capacidade de geração de renda das famílias é insuficiente para explicar os níveis de pobreza no Brasil. Para eles, a maior parte da pobreza não é derivada do tamanho maior das famílias pobres em relação ao tamanho das famílias ricas. A maior parcela (entre 60% e 70%) da pobreza seria função de fatores relacionados à desigualdade qualitativa dos empregos e da força de trabalho.

A tabela 12 é uma simulação elaborada por Medeiros (2003) dos efeitos sob a pobreza no Brasil de um suposto controle rigoroso de fecundidade em diferentes épocas. O estudo simula com resultados para diversas quantidades-limite de filhos, já com os efeitos de mortalidade e composição familiar implícitos. A linha de pobreza é estimada em R\$ 80,97 de setembro de 1999, limitando a população pobre a 51 milhões de pessoas ou 33% da população.

Tabela 12 – Quantidade e proporção de pobres após restrição do número de filhos - Brasil - 1999

Número máximo de filhos no domicílio sob restrição										
Idade da Restrição	Nenhum		1 filho		2 filhos		3 filhos		4 filhos	
	Pobres	(%)	Pobres	(%)	Pobres	(%)	Pobres	(%)	Pobres	(%)
15 anos	30,1	27	40,2	34	47,4	36	50,2	35	50,9	34
10 anos	38,1	30	45,7	35	49,8	35	51	34	51,1	34
5 anos	44,9	32	49,6	34	51	34	51,2	34	51,2	33

Fonte: IBGE - Pnad 1999, microdados para uma linha de pobreza de R\$ 80,97, valores de 1999. Elaboração Medeiros, 2003.

Se nenhuma família brasileira tivesse mais de quatro filhos com até 5 anos de idade, a proporção de pobres seria mantida no mesmo patamar (33%), enquanto um controle radical que fizesse inexistir qualquer criança brasileira com idade inferior a 5 anos de idade faria a proporção dos pobres na população total ficar quase inalterada, pois decresceria apenas 1 ponto percentual.

Se nenhum casal brasileiro tivesse mais de dois filhos de até 15 anos de idade, a proporção de pobres aumentaria para 36%! E com um controle rigorosíssimo, como nunca antes visto, no qual não houvesse filhos com idade inferior a 15 anos, a proporção dos pobres na população total cairia apenas para 27%!

3.4.2.2 Crescimento puro da economia e pobreza

Conforme Medeiros (2003), essas teorias, sugeridas desde séculos atrás, pregam que o crescimento econômico puro ou proporcionalmente distribuído gera maior disponibilidade de recursos para a população e, em algum momento, estes recursos acabarão beneficiando os menos favorecidos. Através de uma simulação de crescimento puro durante diversos períodos de tempo e a taxas diversas, o autor demonstra que o crescimento puro é insuficiente para erradicar a pobreza nas décadas seguintes. A linha de pobreza adotada é a de R\$ 80,97 em valores de setembro de 1999.

Tabela 13 – Projeção do efeito de crescimento igualmente distribuído sobre projeção de pobres na população no Brasil¹

Anos	Crescimento anual			
	Padrão 1982-2002	2%	4%	6%
0	33%	33%	33%	33%
5	26%	30%	26%	23%
10	26%	26%	21%	16%
15	22%	23%	16%	11%
20	20%	21%	12%	7%
Crescimento em 20 anos	51%	49%	119%	221%

Nota:

¹Projeção a partir da proporção de pobres observada em 1997-1999 para uma linha de pobreza de R\$ 80,97, valores de setembro de 1999. "Padrão 1982-2002" corresponde à reprodução das taxas de crescimento do PIB brasileiro no período. "Crescimento em 20 anos" corresponde ao crescimento total do PIB acumulado em um período de vinte anos.

Rendimentos IBGE - Pnad 1997-1999, microdados: crescimento do PIB - Ipeadata. Elaboração Medeiros, 2003.

Se o Brasil repetisse o crescimento econômico dos vinte anos compreendidos entre 1982 e 2002 e distribuisse proporcionalmente os frutos gerados por este crescimento, a população pobre ainda teria responderia por 20% da população total em 2022.

Se o Brasil crescesse distribuindo a renda proporcionalmente, durante vinte anos, a uma taxa maior do que o dobro da observada entre 1982 e 2002, o resultado em 2022 seria um PIB já duplicado com ainda 12% da população vivendo abaixo da linha da pobreza.

Somente no caso de o Brasil crescer distribuindo a renda proporcionalmente durante vinte anos, a uma taxa observada na década do “milagre econômico brasileiro”, a pobreza seria reduzida a 7% em 2022, ou seja, o PIB teria triplicado, mas a pobreza ainda não estaria erradicada com dois “milagres econômicos” de distribuições proporcionais.

A única alternativa viável é a modificação da distribuição dos recursos existentes, tendo em vista que o controle populacional e o crescimento puro são inócuos para erradicar a pobreza. Outro argumento de Medeiros (2003) é que pelo fato de o Brasil não sofrer de escassez geral de recursos, a redução da desigualdade social seria o principal caminho para melhorar a qualidade de vida da população mais pobre nas próximas décadas. Ele se apóia na defesa de Furtado sobre a suficiência de recursos brasileira e sobre a solução através de uma melhor distribuição. Esta idéia de Furtado vai ainda além, defendendo a realização de transferência de recursos dos mais ricos para os mais pobres.

“(...) o Brasil não é a rigor um país pobre, vale dizer, impossibilitado de solucionar esse tipo de problema pelos seus próprios meios (...) para eliminar o problema da miséria no Brasil, bastaria reduzir a participação da renda nacional dos 10 por cento mais ricos da população a um nível similar ao que se observa em certos países que têm uma renda per capita comparável à nossa (...)” (FURTADO, 1981, p. 61 apud MEDEIROS, 2003, pg. 14).

Barros e Mendonça também destacam a importância da redução da desigualdade para o combate à pobreza no Brasil, já que a concentração da renda no país é uma das mais acentuadas do mundo.

“(...) por ser um dos países do mundo com mais alto grau de desigualdade, o Brasil está entre aqueles onde o crescimento econômico é menos necessário para reduções na pobreza. Dado o elevado grau de desigualdade é possível reduzir expressivamente a pobreza sem crescimento econômico simplesmente fazendo com que o grau de desigualdade no Brasil seja próximo do observado para um país latino-americano típico.”(BARROS; MENDONÇA, 1997, p. 14 apud MEDEIROS, 2003, pg. 14).

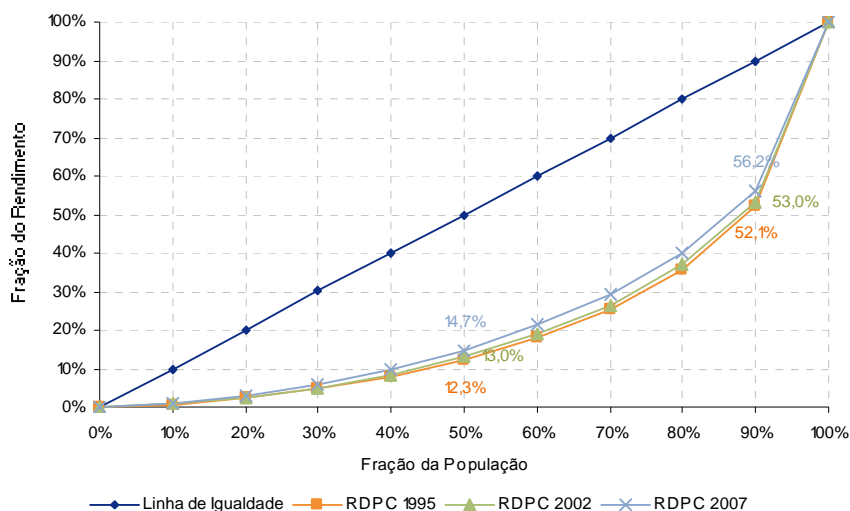
Medeiros (2003) afirma que uma simples redução da desigualdade, igualando-se ao patamar encontrado na Costa Rica, um país com elevado grau de desigualdade, corresponderia a dez anos de crescimento da renda per capita a uma taxa de 5% ao ano.

3.4.2.3 Igualdade e pobreza

Através do estudo da distribuição dos rendimentos da população representados graficamente por meio da Curva de Lorenz, é possível, de forma simples, mensurar o grau de desigualdade de um país. Ela é construída a partir das frações acumuladas da renda e das rações acumuladas da população, possibilitando observar a representatividade de diferentes parcelas da população dentro da renda total.

O gráfico 9 apresenta as curvas de Lorenz para três épocas diferentes: 1995, 2002 e 2007. No eixo vertical estão fracionados os rendimentos domiciliares per capita recebidos e no eixo horizontal encontra-se fracionada a população. O segmento diagonal que interliga os pontos (0%;0%) e (100%;100%) é chamado de Linha de Igualdade Perfeita, o qual representa hipoteticamente a Curva de Lorenz em um cenário sem nenhuma desigualdade. Quanto mais próximas da Linha de Igualdade Perfeita as Curvas de Lorenz estudadas forem, melhor será o grau distributivo desta sociedade. E quanto mais distantes, pior será o grau de desigualdade.

Gráfico 9 – Distribuição do rendimento familiar per capita da população - Brasil (1995, 2002 e 2007)



Fonte: IBGE - Pnad (1995, 2002 e 2007) disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>

Visualiza-se que a renda domiciliar per capita é intensamente mal distribuída no Brasil devido à distância das Curvas de Lorenz em relação à Linha de Igualdade Perfeita e à renda apropriada pelas frações da população. Nos três períodos analisados, a metade mais pobre da população se apropria de menos de 15% da renda total, ao passo que o décimo mais rico se apropria de no mínimo 43,8%.

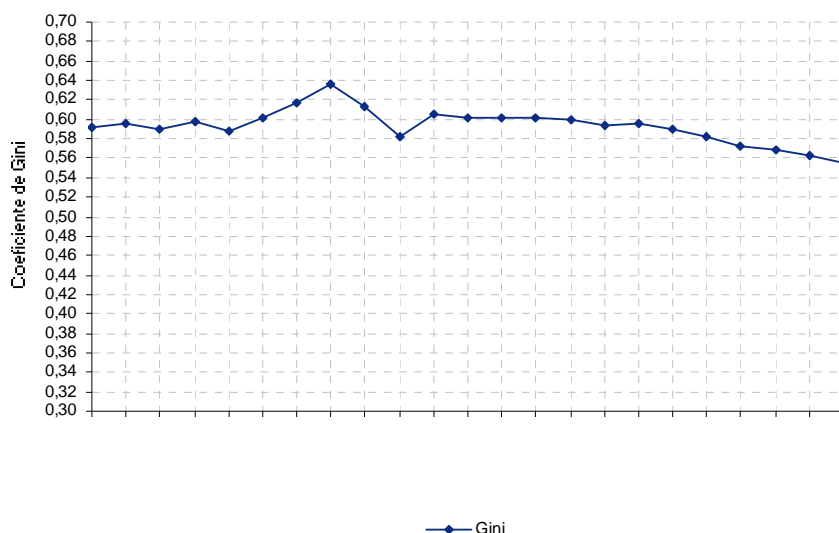
Tabela 14 – Apropriação da renda total do 1% mais rico e do 50% mais pobre (1995, 2002 e 2007)

	1995	2002	2007
1% mais rico	13,8%	13,4%	12,5%
50% mais pobre	12,3%	13,0%	14,7%
Diferença (em p.p.)	1,46	0,44	-2,26

Fonte: IBGE - Pnad (1995, 2002 e 2007) disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>

O centésimo mais rico da população se apodera de uma renda equivalente à soma das rendas apropriadas pela metade mais pobre da população. Entre 1995 e 2002, o grupo do 1% mais rico sempre foi mais representativo na renda total do que o grupo dos 50% mais pobres. Entretanto, em 2002 a diferença caiu significativamente e, a partir de 2003, os 50% mais pobres passaram a ser mais representativos que o 1% mais rico.

Para Medeiros (2003), é necessário estudar os ricos porque os 5% mais ricos detêm cerca de um terço da renda total, enquanto os 10% mais ricos se apropriam de cerca de metade dela. Ele também caracteriza a desigualdade como extremamente estável, ou seja, ela é estruturalmente presente na história da sociedade brasileira. Esta constante presença pode ser notada ao estudar o Coeficiente de Gini ao longo do tempo. Este indicador varia entre 1 e 0, em que o 1 pode ser interpretado como extrema concentração de renda, enquanto o 0 pode ser visto como distribuição igualitária da renda.

Gráfico 10 – Evolução temporal do coeficiente de Gini das RDPC - Brasil

Fonte: Ipea disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>

O gráfico 10 expõe a evolução no tempo do coeficiente de Gini das rendas domiciliares per capita da população brasileira entre 1982 e 2007. Até o ano de 2001, o coeficiente manteve-se ao redor do patamar de 0,60 sem indicar sinal de melhoria mesmo com a aproximação crescente do Brasil em aspectos que caracterizam as nações mais modernas de níveis de desigualdade inferiores. Apesar da urbanização, da industrialização, da democratização, da secularização e do crescimento do PIB, o nível de desigualdade brasileiro não se alterou no período. (Medeiros, 2003).

Entretanto, a partir de 2002, verifica-se uma tendência de melhoria. Este período se consiste na “recente queda da desigualdade”.

3.5 Transferir a renda somente não é suficiente

É inegável a “recente queda” da desigualdade distributiva da renda pessoal no Brasil. O consenso é desfeito quando se debate as causas e as políticas públicas que a influenciaram. De um lado, economistas que associam o movimento recente às políticas públicas de transferência de renda e de educação. De outro, uma corrente de pensamento que acredita que as razões foram diversas políticas públicas que dependerão do desempenho econômico para

terem continuidade. Os autores da segunda corrente de pensamento acreditam que o problema social brasileiro é multidimensional e, portanto, carecem de uma estratégia mais complexa de políticas públicas. Classificam o crescimento sustentado como primordial para que a produtividade social se expanda e faça elevar a renda per capita continuamente. E acreditam que para haver melhoria no bem-estar social, a distribuição da renda precisa evoluir associada à elevação da renda de todas as parcelas da população, obviamente com as mais pobres evoluindo em um ritmo superior às mais ricas. (DEDECCA, 2007)

Dedecca (2007) afirma que a “recente queda” nos níveis de desigualdade ocorreu com crescimento econômico muito baixo ou até quase nulo, podendo até restringir a melhoria contínua na distribuição da renda no médio ou longo prazo. Se a economia brasileira estagnar, a tendência é que o gasto social per capita das políticas sociais, que visam combater a desigualdade, seja comprometido. Portanto, é necessária a retomada do crescimento econômico para aumentar as oportunidades empregatícias, a renda dos trabalhadores e os recursos disponíveis para sustentar as políticas sociais.

Segundo Dedecca (2007), a economia brasileira atual não tem gerado as condições básicas para elevar o PIB e produtividade per capita. Como consequência, os insumos que suportam a continuidade e até ampliação das políticas de combate à desigualdade social não se elevam com solidez.

Assim como Pochmann (1999) e outros, Dedecca (2007) identifica no Brasil durante a década de 1990, que a financeirização da acumulação do capital somada a reestruturação do mercado de trabalho dissociada de políticas industriais e pró-desenvolvimento inviabilizou o desenvolvimento econômico brasileiro. E aponta como consequências: i) destruição de empregos formais, ii) corrosão de salários, iii) declínio da participação do trabalho na renda nacional, iv) cenário favorável aos rentistas, em detrimento das empresas, das famílias e das contas nacionais.

Diante de uma conjuntura econômica favorável, Dedecca (2007) afirma que a “recente queda” ocorreu acompanhada de recuperação do mercado de trabalho e de sucessivos aumentos do salário mínimo. Portanto, o mérito da evolução da RDPC dos estratos mais baixos não é exclusivo do Programa Bolsa Família. Em 2004, 80% dos chefes de família beneficiados pelo Programa Bolsa Família se encontravam ocupados. Conclui-se que o

problema não era o desemprego, e sim o subemprego e a precariedade da inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, Dedecca (2007), caracteriza o Programa Bolsa Família como acessório para o combate à pobreza e a desigualdade social. Para que ele alterasse permanentemente a situação dos beneficiados, ele deveria ser ajustado para cima. Entretanto, esta hipótese é inviável, visto que as finanças públicas não podem suportar esta ampliação. Outro motivo apontado pelo autor é o desestímulo à inserção no mercado de trabalho que esta medida traria. Então, conclui-se que o Programa Bolsa Família tem pouco potencial para melhorar, estruturalmente, a distribuição da renda no Brasil porque mesmo com a contribuição na redução da pobreza e da desigualdade social nos últimos anos, no futuro ela pode se tornar apenas um mecanismo de transferência de renda inócua para erradicação da pobreza.

Dedecca (2007) comemora a “recente queda”, porém alerta que ela ocorreu sem desenvolvimento devido à queda da produtividade média da economia brasileira e que é “possível distribuir sem crescimento”, porém se o objetivo for distribuir com evolução estrutural do nível de bem-estar social, é preciso crescimento sustentado também. É impossível alterar o quadro social brasileiro com “um tiro só”, ou seja, apenas uma medida focalizada. Torna-se necessária a continuidade do processo redutor de desigualdade a fim de elevar o nível de bem-estar social brasileiro.

CONCLUSÃO

A desigualdade na divisão da renda e riqueza é histórica e não decorre apenas da desigualdade de rendimentos, mas também da heterogeneidade da formação da sociedade. Através da condução do Estado, podem ser realizadas reformas capazes de reverter o padrão distributivo, sem romper com o modo de produção capitalista.

No período entre 1933 e 1955, a acumulação estava baseada na expansão da indústria voltada para o mercado interno, porém este processo de industrialização era limitado pelas restrições técnicas e financeiras, que impossibilitavam a implantação e consolidação do setor de bens de capital. Essa dinâmica de acumulação é estruturalmente concentradora devido ao contínuo excesso de mão-de-obra, que descola os salários da produtividade dos trabalhadores. A riqueza acumulada pelos capitalistas é utilizada em consumo: (i) de bens de consumo não duráveis nacionais, (ii) de bens de consumo duráveis importados e (iii) de bens de capital importados.

A segunda fase da industrialização brasileira se dá no governo Juscelino Kubitschek com a execução do Plano de Metas. Nesta fase, foram consolidados os setores produtivos de bens de capital (D1) e bens de consumo duráveis (D2). Porém, os condicionantes da implantação do Plano de Metas trouxe conseqüências negativas. Como o capital internacional se interessou em investir apenas nos setores mais rentáveis, dinâmicos e intensivos em tecnologia, ele passou a dominar o setor de bens de consumo duráveis (D2). Como a produção de D1 brasileiro era insuficiente, o Brasil necessitava importar bens de capital e estas importações eram financiadas com as exportações de produtos primários. Esta relação de troca incentivava a produção de bens de capital dos países centrais. Portanto, o capital estrangeiro além de dominar o D2 brasileiro (ditando o ritmo e o direcionamento dos investimentos), contribuiu para atrofiar o D1 nacional também. A segunda fase da industrialização brasileira foi sustentada por um tripé, no qual o papel do Estado era desenvolver os setores de infra-estrutura básica e insumos intermediários. Já o capital estrangeiro era responsável pelos segmentos mais rentáveis e intensivos em tecnologia de ponta, mas também do setor de bens duráveis de consumo. Ao capital nacional, restava a responsabilidade sobre os setores menos dinâmicos e de produção subordinada nas cadeias produtivas.

A industrialização nos países periféricos foi diferente daquela implantada nos países centrais porque foi dominada pelo capital internacional (grandes empresas multinacionais) e gerou crescente concentração de renda. A contínua introdução de novos produtos nos países centrais e a cobiça pelo consumo deles nos países periféricos pressionaram os capitalistas nos países periféricos a aumentarem suas taxas de exploração, via aumento de tecnologia e geração de ganho de produtividade. Isto possibilitou um achatamento nos salários reais, desvinculando um aumento de produtividade de um aumento de salário. Como os capitalistas são reféns do padrão de consumo dos países centrais e, ao mesmo tempo, determinam o grau de modernização nos países, todo esse conjunto de decisões (dos capitalistas) impacta na concentração de renda das sociedades periféricas.

Em 1979, pela primeira vez, os representantes das 5 maiores nações capitalistas, em reunião em Tóquio, decidiram priorizar o combate à inflação como objetivo, abandonando o compromisso com o pleno emprego, baseado na teoria keynesiana. E o principal instrumento de regulação macroeconômica passa a ser a política monetária. Há, também, a imposição da ótica liberal sobre o papel do Estado. A rigidez das políticas monetárias forçou uma alta brutal das taxas de juros nominais em todo o mundo, e o credor passa a dominar o devedor na relação de forças, favorecendo o detentor de capital financeiro. Porém, a continuidade dessas políticas restritivas teve um elevado custo para o crescimento econômico através do aumento do desemprego.

A consequência para os governos foi o aumento dos encargos da dívida, gerando déficits públicos e aumentando a dívida pública. Os Tesouros públicos nacionais foram forçados a recorrer aos investidores internacionais, especialmente aos institucionais. E assim os sistemas financeiros foram incentivados a se liberalizarem.

No começo dos anos 80, a elevação das taxas de juros foi decorrente da rigidez das políticas monetárias. Posteriormente, as taxas de juros reais mantiveram-se em níveis elevados como consequência da liberalização financeira. Esta manutenção de altas taxas de juros fez com que as taxas de poupança e de investimento caíssem nos principais países capitalistas. Outra consequência foi a sobreposição do capital financeiro sobre o capital produtivo. O desenvolvimento do capital fictício e a especulação foram incentivados.

As economias latino-americanas sofreram com os efeitos no mercado de trabalho e no bem-estar da sociedade como consequências da mundialização financeira. *“As desigualdades*

de renda, então, aumentam, o emprego torna-se mais raro e a exclusão se desenvolve.” (SALAMA, 1999, pg. 212).

De acordo com Salama (1999), a financeirização reforça a desregulamentação no mercado de trabalho. Com a crise da dívida de 1982, as sociedades latino-americanas pagaram um preço elevado. Com a escassez de recursos para financiar as dívidas, a maioria dos países latino-americanos recorreram à “senhorinhagem” para ajudar no pagamento de suas dívidas. Com um cenário de inflação elevada, baixo crescimento econômico, “senhorinhagem” e flexibilização nos mercados de trabalhos, acentua-se a desigualdade social.

As empresas precisavam se reestruturar pela queda das taxas de lucratividade no passado e pelo aumento da concorrência. Como a preocupação com a concorrência e a busca pela competitividade eram apenas empresariais, a tendência vista foi de uma postura progressivamente predatória. Isso inutilizou as políticas macroeconômicas voltadas ao emprego e as políticas sociais, dificultando a expansão do crescimento sustentado e desestabilizando o mercado de trabalho. Além disso, há a tendência de ampliação do desemprego, da heterogeneidade dos postos de trabalho e da desigualdade social.

Através do estudo da pobreza de Hoffmann (2006), é possível observar que a pobreza dos Pobres do tipo I, que representam aproximadamente um terço da população brasileira, varia em função da renda, do ciclo econômico e do mercado de trabalho. Ao passo que a pobreza dos outros grupos, principalmente da extrema pobreza, varia em função do nível de desenvolvimento local e dos investimentos em infra-estrutura. Entre 1992 e 2004, as regiões Norte e Nordeste aumentaram suas participações em todos os tipos de pobreza. Em 2004, o Nordeste concentrava 70% dos pobres do tipo II e 85% dos extremamente pobres. Portanto, além das transferências diretas, são necessárias políticas pró-emprego, aliadas a políticas desenvolvimentistas a fim de realizar investimentos infra-estruturais nas áreas rurais, no Norte e no Nordeste (principalmente).

De uma forma geral, Medeiros (2003) converge com a proposta quando afirma que as estratégias de crescimento com melhor distribuição de renda são as principais, se não as únicas, viáveis para erradicar a pobreza e elevar o bem-estar social maior parte da sociedade, em um prazo razoável. Entretanto, ele alerta para o fato de que a elite direciona o destino da economia e se encontra em posições privilegiadas capazes de influenciar decisões do Estado e de formar a opinião pública. No final das contas, esta elite tem o poder de direcionar o rumo

do desenvolvimento brasileiro. Como a redução da desigualdade interfere os interesses do estrato mais elevado do país, analisar os mais ricos se torna fundamental para planejar políticas redistributivas viáveis e suas limitações.

Concorda-se com Dedecca (2007) quando ele também defende que a melhor alternativa para enfrentar a histórica concentração de renda no país seria a retomada do crescimento via política pró-emprego com melhor distribuição de renda de forma que os rendimentos de todas as parcelas se elevassem. Obviamente os rendimentos dos mais pobres teriam que crescer a um ritmo maior. Ademais, uma política social teria que ser mais complexa, que fosse para além de apenas transferência diretas, a fim de prover maior produtividade social. Os resultados seriam um maior nível de bem-estar social e uma maior geração e disponibilidade de recursos, inclusive para sustentar as políticas sociais de transferências de renda monetárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CECCHINI, Simone. UTHOFF, Andras. *Pobreza y empleo en América Latina: 1990-2005*. Revista de La CEPAL, 2008.
- CHESNAIS, François. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998.
- DAVIDOFF, Paulo. *Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta*. In: COUTINHO, Renata. BELLUZZO, Luiz. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise v. 2*. 4. ed. Campinas: Unicamp. IE, 1998.
- DEDECCA, Claudio. *A Redução da Desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa*. In: BARROS, Ricardo. FOGUEL, Miguel. ULYSSEA, Gabriel. (Org.) *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Matos. GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GONÇALVES, Reinaldo. *A herança e a ruptura: Cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional*. Campinas: Unicamp. IE, 2006.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil, de 1995 a 2005, e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005*. In: BARROS, Ricardo. FOGUEL, Miguel. ULYSSEA, Gabriel. (Org.) *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007.
- MEDEIROS, Marcelo. *Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil*. Brasília: Ipea, 2003.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição e revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas: Unicamp, 1998.

PLIHON, Dominique. *Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano*. In: CHESNAIS, François. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. 2^a. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Márcio. CARDOSO JR., J.C.. *Raízes da concentração de renda no Brasil: 1930/2000*.

POCHMANN, Marcio. *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SALAMA, Pierre. *A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas*. In: CHESNAIS, François. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998.